



COOPERCOCAL

**RELATÓRIO DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO**

REGULATÓRIO

2015

Conteúdo

DISTRIBUIÇÃO	8
Ligação de consumidores.....	8
Desligamentos.....	8
Número de consumidores.....	8
Comportamento do mercado.....	9
Receita.....	11
Numero de consumidores.....	12
Tarifa.....	12
Tarifa por faixa de consumo.....	13
Qualidade do fornecimento.....	13
DEC e FEC COOPERCOCAL 2015.....	13
Atendimento ao consumidor.....	14
Tecnologia da informação.....	14
Novos negócios.....	14
Participações da COOPERCOCAL:	15
DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO	17
Sobras.....	17
Investimentos.....	18
Evolução e projetos de investimento.....	18
Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição.....	19
Captações de recursos	19
Política de reinvestimento e distribuição de dividendos.....	19
Composição acionária.....	19
Comportamento do preço das cotas partes.....	19
Atendimento aos associados.....	21
Relações com o mercado.....	21
GESTÃO	23
Administração.....	23
Planejamento empresarial.....	23
Gestão pela qualidade total.....	24
Recursos humanos.....	24
Responsabilidade social.....	24
Permissionária em números.....	25
AUDITORES INDEPENDENTES	27
AGRADECIMENTOS	27
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS	29
NOTAS EXPLICATIVAS SOCIETÁRIAS	38
1 – Contexto operacional	38
2 – Das permissões.....	38
3 – Apresentação das demonstrações contábeis.....	38
4 – Principais práticas contábeis.....	40
5 - Caixa e equivalente de caixa.....	45
6 - Consumidores.....	45
7 - Consumidores, concessionárias e permissionárias.....	46
8 - Serviços em curso.....	47
9 - Tributos a compensar.....	47
9.1 - Circulante.....	47
9.2 - Não circulante.....	47
10 - Almoxarifado operacional.....	47
11 - Despesas pagas antecipadamente.....	47
12 - Outros ativos circulantes.....	48
13 - Outros ativos não circulantes.....	48
14 - Bens e atividades não vinculadas à concessão.....	48
15 - Intangível.....	49
16 – Fornecedores.....	49
17 – Empréstimos e financiamentos.....	49
17.1 – Circulante.....	49

17.2 – Não circulante.....	49
17.3 – Não circulante.....	50
18 – Obrigações sociais e trabalhistas	50
20 – Provisão para litígios.....	51
21 – Encargos setoriais.....	51
22 – Passivos regulatórios.....	51
23 – Outros passivos circulantes	52
24 – Obrigações vinculadas a permissão	52
25 – Capital social.....	52
26 – Reservas de capital.....	52
27 – Reservas de sobras	53
28 – Sobras acumuladas	53
29 – Receita operacional	53
29.1 – Fornecimento de energia elétrica	53
29.2 – Serviços cobráveis.....	53
29.3 – Doações, contribuições e subvenções	54
29.4 – Outras receitas operacionais.....	54
30 – (-) Deduções da receita operacional	54
30.1 - Tributos.....	54
30.2 – Encargos do consumidor	54
31 – (-) Custo do serviço de energia elétrica	55
32 – Custo de operação	55
32.1 – Pessoal e administradores	55
32.2 – Demais custos operacionais	55
32.3 – Gastos diversos.....	55
32.4 – Outras despesas operacionais	56
33 – Resultado financeiro	56
34 – Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social.....	56
35 – Participação nos resultados.....	56
36 – Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados	56
37 – Transações com partes relacionadas	57
38 – Instrumentos financeiros	57
39 – Demonstrações do resultado do exercício segregado por atividade	58
39.1 – Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações por unidade de negócio	60
39.1.1 – Conciliação das demonstrações de resultado.....	60
40 - Seguros	61
41 – Eventos subsequentes	61
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	63
NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS	69
Balanco social 2015.....	103
Estendendo a todos os benefícios da eletricidade	103
Preservando e restaurando o meio ambiente.....	104
Filantropia e trabalho voluntário.....	104
Comissão interna de prevenção de acidentes – CIPA.....	104
Semana interna de prevenção de acidentes de trabalho – SIPAT.....	105
ATA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	110
ATA CONSELHO FISCAL	113
EDITAL DE CONVOCAÇÃO	114
PARECER DA AUDITORIA – SOCIETÁRIA	115
PARECER DA AUDITORIA – REGULATÓRIA	116
PARTICIPAÇÕES	118

RELATÓRIO ANUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Relatório da Administração Regulatório

Senhoras e Senhores Associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2015, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Cooperativa Energética Cocal - COOPERCOCAL para a sociedade, parceiros e associados.

CARTA DO PRESIDENTE

Cenário

A Cooperativa Energética Cocal - COOPERCOCAL atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 51 anos de existência.

O contrato de permissão para distribuição de energia elétrica nº034/2010-ANEEL, publicado em 10 de agosto de 2010, garante à continuidade da regulamentação da estabilidade de mercado em nossa área de atuação e a modicidade tarifária aos associados e consumidores.

O prazo de vigência do contrato de permissão é de 30 (trinta) anos, podendo ser prorrogado por igual período, a juízo do poder concedente, contado a partir da data de sua celebração.

Em 2015, o bom desempenho da economia na área da concessão teve um reflexo positivo sobre a demanda por energia elétrica, com destaque para o setor industrial com um incremento de 46,17% com relação à 2014. O consumo do setor comercial também foi representativo, atingindo o patamar de 7,68 GWh (7,45 GWh em 2014). Somada, a demanda dos dois setores representa 58,65% de toda a energia comercializada pela cooperativa em 2015 (51,55% em 2014).

As tarifas praticadas pela COOPERCOCAL foram corrigidas pela resolução homologatória nº 1.963 publicada em 22 de setembro de 2015 com vigência até o dia 27 de setembro de 2016.

No âmbito social, ampliamos atividades que buscam a melhoria de condições sociais para à sociedade, realizando eventos de grande relevância para beneficiar não somente os associados, mas a comunidade em geral. A manutenção preventiva continua tratada como prioridade da gestão, de forma a melhorar expressivamente os índices de qualidade e continuidade.

O reconhecimento público com relação às medidas adotadas pela cooperativa para melhorar a qualidade de seus serviços e o relacionamento com os consumidores pelo programa COOPERCOCAL na comunidade.

Ainda consolidamos nosso comprometimento social através da ajuda despendida aos diversos seguimentos de filantropia com os recursos contabilizados na forma do estatuto social para o FATES – Fundo de assistência técnica educacional e Social.

Por último lembro que a cooperação é a meta que nos impulsiona e solidifica a existência do princípio da ajuda mutua.



Distribuição e Comercialização de Energia



COOPERCOCAL

DISTRIBUIÇÃO

A cooperativa distribui energia elétrica no município de Cocal do Sul e em parte dos municípios de Urussanga, Criciúma, Pedras Grandes, Orleans, Morro da Fumaça, Lauro Muller, Siderópolis e Treviso, todos no Estado de Santa Catarina, atendendo 10.045 associados consumidores em sua área de permissão. Também atende 01 consumidor livres no Estado.

Ligação de consumidores

Foram realizadas, no ano de 2015, 479 novas ligações divididas em 232 residenciais, 82 comerciais, 11 rurais, 138 industriais, 14 poderes públicos, 1 serviço público e 1 iluminação pública, totalizando 10.045 associados consumidores atendidos pela cooperativa, número 1,90% superior ao de 2014.

Desligamentos

Foram realizados, no ano de 2015, 292 desligamentos com destaque para: 165 residenciais, 70 comerciais, 29 industriais, 20 rurais e 6 poderes públicos, serviço público 2, solicitados pelos associados consumidores, falta de pagamento ou realizados por eventuais irregularidades.

Número de consumidores

Número de Consumidores					
CONSUMIDORES	2011	2012	2013	2014	2015
Residencial	6.702	6.837	7.040	7.247	7.434
Comercial	704	719	750	771	803
Industrial	310	324	345	392	342
Rural	1.278	1.279	1.292	1.308	1.316
Poderes Públicos	112	113	116	120	129
Iluminação Pública	5	6	8	6	8
Serviço Público	11	12	14	14	13
TOTAL	9.122	9.290	9.565	9.858	10.045
VARIAÇÃO	3,14%	1,84%	2,96%	3,06%	1,90%

Fonte: Departamento Comercial – COOPERCOCAL, 2015.

Comportamento do mercado

A distribuição de energia da COOPERCOCAL no período de janeiro a dezembro de 2015 foi de 68,10 GWh (57,27 GWh em 2014).

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o industrial e comercial. A classe industrial foi a que teve maior crescimento, com 46,17%, que se deve à ligação de empresa do segmento industrial da cerâmica. A classe comercial apresentou redução de 3,09%.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

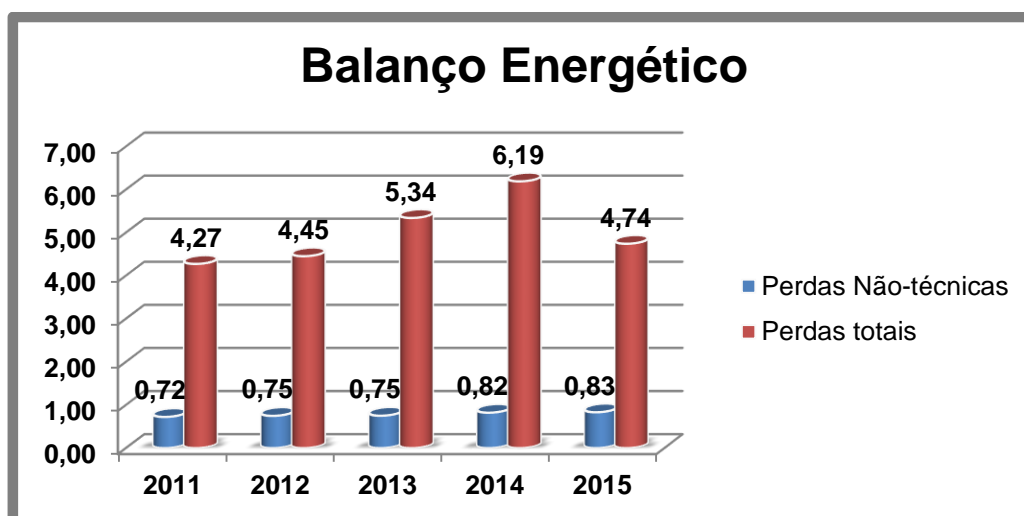
Mercado Atendido					
MERCADO ATENDIDO GWh	2011	2012	2013	2014	2015
ENERGIA FATURADA	43,04	49,63	52,63	57,27	68,10
Fornecimento	43,04	49,63	52,63	57,27	68,10
Residencial	14,05	15,26	16,19	17,82	17,81
Comercial	5,91	6,34	6,54	7,45	7,68
Industrial	13,54	18,38	20,44	22,07	32,26
Rural	5,38	5,22	4,95	5,27	5,25
Poderes Públicos	0,51	0,62	0,61	0,68	0,71
Iluminação Pública	3,05	3,18	3,24	3,34	3,64
Serviço Público	0,60	0,63	0,66	0,64	0,75
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
USO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
TOTAL	43,04	49,63	52,63	57,27	68,10
VARIAÇÃO	0,09%	15,31%	6,04%	8,82%	18,91%

Fonte: Departamento Comercial – COOPERCOCAL, 2015.

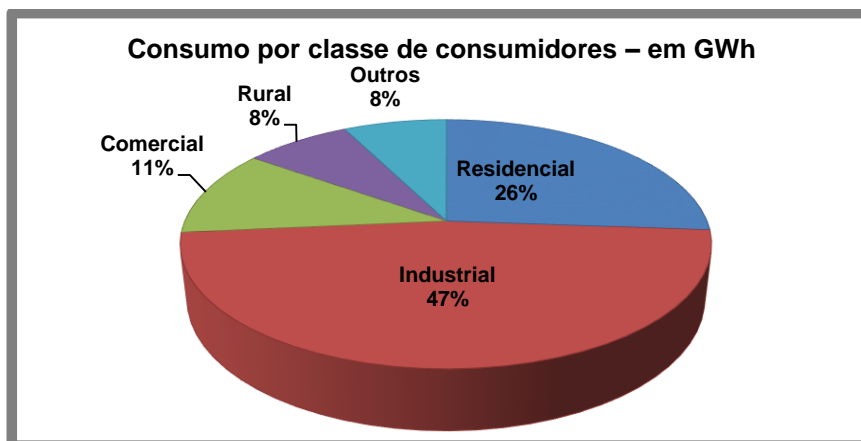
Nos exercícios de 2011 a 2013 também foram aplicados os percentuais de perdas não técnicas reconhecidos na nota técnica 0054/2014. As perdas totais de energia sobre a energia requerida apresentou uma redução de 23,42% em 2015 para 2014. Esta redução é resultado dos investimentos em redes de distribuição, controles de medições e demais fiscalizações efetuadas pela permissionária.

Balanzo Energético					
ENERGIA REQUERIDA	2011	2012	2013	2014	2015
Venda de Energia	43,04	49,63	52,63	57,27	68,10
Fornecimento	43,04	49,63	52,63	57,27	68,10
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	43,04	49,63	52,63	57,27	68,10
Perdas na Rede Básica	-	-	-	-	-
Perdas na Distribuição	4,27	4,45	5,34	6,19	4,74
Perdas Técnicas	3,55	4,45	4,59	5,37	3,91
Perdas não Técnicas - PNT	0,72	0,75	0,75	0,82	0,83
PNT / Energia Requerida %	1,53	1,38	1,29	1,29	1,14
Perdas Totais - PT	4,27	4,45	5,34	6,19	4,74
PT / Energia Requerida %	9,03	8,23	9,21	9,75	6,51
TOTAL	47,31	54,08	57,97	63,46	72,84

Fonte: Departamento Comercial / Técnico – COOPERCOAL, 2015.



Fonte: Departamento Comercial / Técnico – COOPERCOAL, 2015.



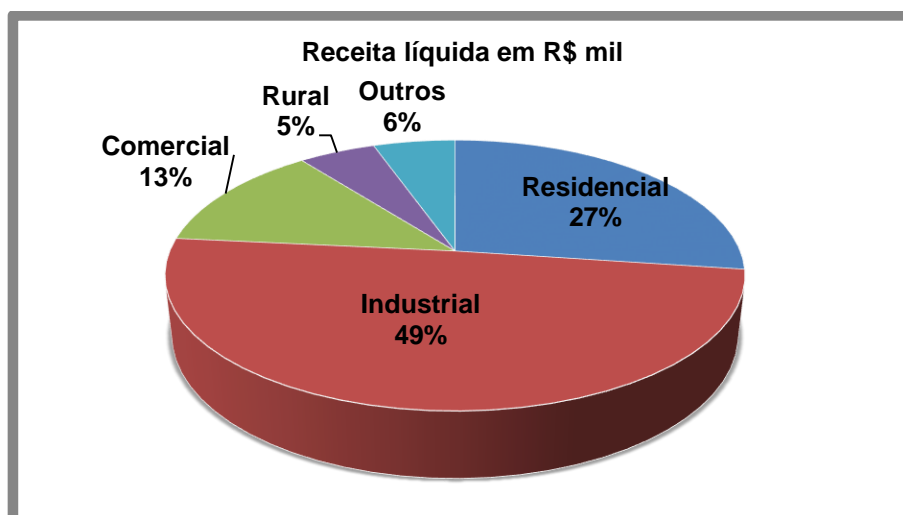
Fonte: Departamento Comercial – COOPERCOAL, 2015.

Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 17.618 mil, conforme quadro a seguir:

Receita líquida em R\$ mil			
Classe	2015	2014	%
Residencial	6.278	6.225	0,85
Industrial	11.415	7.134	60,01
Comercial	2.988	2.752	8,58
Rural	1.176	1.098	7,10
Outros	1.252	1.129	10,89
Sub-total	23.109	18.338	26,02
(-) ICMS	5.491	3.984	37,83
Total	17.618	14.354	22,74

Fonte: Departamento Comercial – COOPERCOCAL, 2015.



Fonte: Departamento Comercial – COOPERCOCAL, 2015.

Numero de consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2015 apresentou um crescimento de 1,90% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de consumidores			
Classe	2015	2014	%
Residencial	7.434	7.247	2,58
Industrial	342	392	(12,76)
Comercial	803	771	4,15
Rural	1.316	1.308	0,61
Outros	150	140	7,14
Total	10.045	9.858	1,90

Fonte: Departamento Comercial – COOPERCOCAL, 2015.

Tarifa

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2015, atingiu R\$ 258,73/MWh, com aumento de 3,24% com relação a dezembro de 2014.

Tarifa média de fornecimento			
Classe	2015	2014	%
Residencial	288,31	288,67	(0,12)
Industrial	260,14	243,22	6,96
Comercial	287,39	277,62	3,52
Rural	183,94	174,41	5,47
Outros	180,20	183,17	(1,62)
Média	258,73	250,61	3,24

Fonte: Departamento Comercial – COOPERCOCAL, 2015.

Tarifa por faixa de consumo

	<u>Residencia</u>	<u>Comercial</u>	<u>Industrial</u>	<u>Rural</u>	<u>Outros</u>
Impostos					
PIS	-	-	-	-	-
COFINS	-	-	-	-	-
ICMS	64,14	93,73	101,66	39,91	65,74
Taxas					
Fiscalização	0,59	0,59	0,59	0,59	0,59
PEE e P&D	2,72	2,72	2,72	2,72	2,72
CDE	15,61	15,61	15,61	15,61	15,61
Custo da energia comprada para revenda	63,53	63,53	63,53	63,53	63,53
Encargos de uso da rede elétrica	39,35	39,35	39,35	39,35	39,35
Despesas de pessoal	60,80	60,80	60,80	60,80	60,80
Outras despesas operacionais	105,72	77,55	104,80	1,35	(2,39)
Tarifa bruta da permissionária (*)	347,70	347,70	347,70	227,75	300,30
Resultado médio	352,46	353,87	389,05	223,85	245,94

Fonte: Departamento Comercial / Contabilidade – COOPERCOCAL, 2015.

Qualidade do fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

DEC e FEC COOPERCOCAL 2015

Conjunto Coopercojal	2011	2012	2013	2014	2015
DEC (horas)	21,92	14,97	15,22	7,78	15,87
FEC (interrupções)	13,47	11,70	11,11	6,65	10,79
TMD (minutos)	17,34	13,43	14,74	16,33	16,65
TMA (minutos)	37,56	38,64	35,10	39,30	39,22

Fonte: Departamento Comercial / Técnico – COOPERCOCAL, 2015.

A COOPERCOCAL atendendo a determinação da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica utiliza apenas 01 conjunto, denominado Conjunto COOPERCOCAL.

Atendimento ao consumidor

No ano de 2015 foi feita inspeção com Termo Visor em todo sistema de MT (média tensão) da permissionária com o objetivo de redução de perdas técnicas, bem como e melhoria da qualidade da tensão fornecida.

Tecnologia da informação

O desenvolvimento dos negócios de uma cooperativa distribuidora de energia elétrica depende de soluções adequadas de tecnologia da informação, a qual suporta tudo o que a cooperativa faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

A administração tem ampliado investimentos na contratação de soluções atuais de forma a manter a estrutura operacional moderna e eficiente.

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Outorgada de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Outorgada faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Novos negócios

No ambiente empresarial e de mercado em que a cooperativa opera, é fundamental assegurar melhor qualidade, assim como o atendimento de novas necessidades dos consumidores.

Para tanto, a cooperativa vem adotando a estratégia de, mediante parcerias, aumentar sua capacidade de investimento e, ao mesmo tempo, oferecer aos seus associados/consumidores, mais alternativas de produtos e serviços, notadamente nas áreas em que é possível obter sinergias operacionais com os ativos ou com o acervo de conhecimentos da permissionária.

Participações da COOPERCOCAL:

Empresas	Investimento	Negócio
Coop. Extremo Sul	16	Oficina de transformadores
Sicoob Credisulca SC	11	Banco Cooperativista
Total	27	

Fonte: Departamento Contabilidade – COOPERCOCAL, 2015.



Desempenho Econômico/Financeiro



COOPERCOCAL

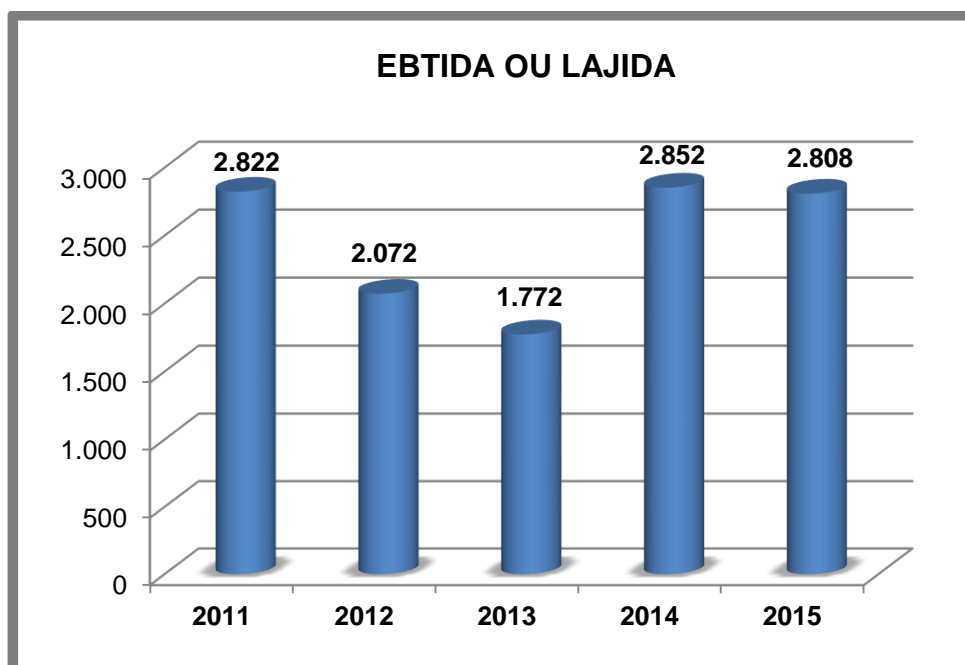
DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

Sobras

Em 2015, a sobra líquida foi de R\$ 1.478 mil, contra R\$ 1.888 mil em 2014, uma redução de 27,74%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 17.048 mil, enquanto em 2014 situou-se em R\$ 14.569 mil. Esse aumento de 17,02% resulta do significativo aumento dos encargos setoriais.

As despesas operacionais totalizaram em 2015 R\$ 16.106 mil, 23,11% superiores em relação à 2014, destacando-se os custos com: aquisição de energia que foram superiores em 42,98% e o total das taxas regulamentares que tiveram um crescimento de 792,22% no ano. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 11,31% contra 11,14% em 2014.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 2.808 mil, inferior em 1,57% a 2014, que foi de R\$ 2.852 mil, conforme evolução abaixo:



Fonte: Departamento Contabilidade – COOPERCOCAL, 2015.

Investimentos

Em 2015, os investimentos da cooperativa, importaram em R\$ 1.843 mil, 10,69% superiores em relação a 2014, dos quais R\$ 1.665 mil foram realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Permissionária estima um investimento total de R\$ 7.356 mil.

Evolução e projetos de investimento

EVOLUÇÃO E PROJEÇÃO DOS INVESTIMENTOS								
Distribuição - Maquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/12/2015				
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
AIS Bruto								
Transformador de Distribuição	371	278	121	124	131	139	148	157
Medidor	74	76	80	74	79	87	95	104
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	282	240	184	215	229	244	259	276
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	1.534	820	1.459	889	473	543	459	776
Redes Alta Tensão (69 kV)								
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)								
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)								
Subestações Média Tensão (primário de 30 kV a 44 kV)								
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)								
Subestações Alta Tensão (primário de 88 kV a 138 kV)								
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)								
Demais Máquinas e Equipamentos	187	251		1.656	137	7	49	7
Obrigações Especiais do AIS Bruto								
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização								
Outros								
Originadas da Receita								
Ultrapassagem de demanda								
Excedente de reativos								
Diferença das perdas regulatórias								
Outros								
Outros								

Fonte: Departamento Técnico – COOPERCOCAL, 2015.

Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição

COMPARATIVO DOS INVESTIMENTOS EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA DISTRIBUIÇÃO						
	2015 R	2016 P	2017 P	2018 P	2019 P	2020 P
R\$ Mil	1.843	2.959	1.049	1.019	1.009	1.319
Plano de Investimentos 2015						
R\$ Mil	2015 P	2016 P	2017 P	2018 P	2019 P	
Plano de Investimentos 2014	1.548	2.642	1.304	1.291	1.486	
Diferença	19%	12%	-20%	-21%	-32%	

Fonte: Departamento Técnico – COOPERCOCAL, 2015.

Captações de recursos

Para viabilizar o programa de investimentos a cooperativa utilizou recursos próprios resultantes de sobras dos exercícios e fundos estatutários.

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos

Aos associados é garantido estatutariamente as sobras do exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente.

Além disso, a Outorgada constituiu reserva legal de 10% da sobra líquido do exercício em um fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição de 50% para cumprir os investimentos necessários ao cumprimento da universalização do serviço.

Composição acionária

Em 31 de dezembro de 2015 o capital social da permissionária era de R\$ 3.144 mil, composto por 3.144.428 quotas partes, com valor nominal de R\$ 1,00 real cada.

Comportamento do preço das cotas partes

As quotas-parte permanecem com os preços previstos no Capítulo V, Do Capital Social, Art. 18º do estatuto social, ou seja, de R\$ 1,00 (um real) cada.



Relação com Associados



COOPERCOCAL

Atendimento aos associados

Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a cooperativa coloca à disposição dos seus associados, a Central de Atendimento aos Associados, instalada na sua Sede Social, sito Avenida Dr. Polydoro Santiago, nº 555 – Centro – Cocal do Sul/SC, posto de atendimento localizado na Avenida Presidente Vargas, nº 116 – Centro – Urussanga/SC e COD (Centro de Operação e Distribuição), com plantão 24 horas na Rua Elias Rosso, nº 608 – Bairro Boa Vista - Cocal do Sul/SC.

Os mesmos serviços estão disponíveis também por telefone (48) 3447-7000, ligações pelo sistema DDG (Discagem Direta Gratuita) por meio do número 0800 48 7019 e através do site www.coopercocal.com.br.

Relações com o mercado

Ao longo do ano, a Coopercocal realizou a assembleia geral onde compareceu um expressivo número de associados os quais demonstraram sua satisfação com o desempenho do serviço de distribuição.

& Distribuição

s. da infraestrutura ao parque



Gestão



COOPERCOCAL

GESTÃO

Administração

No início do ano 2015, a assembleia geral dos associados aprovou o plano de investimentos para o ano corrente, mostrando que as tarifas cobradas espelham com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento empresarial

A cooperativa vem obtendo êxito na adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico. Isso se deve, em grande parte, à qualidade de seu planejamento empresarial.

Os rumos da cooperativa vêm sendo definidos com base no moderno conceito de planejamento por meio de cenários alternativos. Em 2015 foram realizados diversos treinamentos abrangendo cargos administrativos e técnicos a fim de alcançar os objetivos definidos.

A concepção do planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial da unidade e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças ambientais.

As tendências identificadas, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das unidades de negócios para os horizontes de curto e médio prazo.

O êxito que a Outorgada vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Essa nova concepção de planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial das unidades e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando as tendências identificadas, juntamente com os resultados dos cenários empresariais,

serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas da Unidade de Negócio para os horizontes de curto e médio prazos.

Gestão pela qualidade total

Em 2015, as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade foram mantidas.

Recursos humanos

Em 2015 a permissionária investiu R\$ 27 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados.

A Coopercocal incentiva seus funcionários com o valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) em bolsa de estudos. Também mantém convênio firmado com a Sescop custeando 80% dos valores das mensalidades em cursos de graduação e 50% em cursos de especializações, contemplando 07 empregados.

Como resultado do contínuo investimento tecnológico e da política de treinamento de seu quadro técnico funcional, o quadro de empregados da Permissionária apresenta significativo pequeno aumento nos últimos anos.

Responsabilidade social

Cada vez mais, a cooperativa vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Permissionária em números

Atendimento	2015	2014	%
Número de consumidores	10.045	9.858	1,90
Número de empregados	59	57	3,51
Número de consumidores por empregado	170	173	(1,73)
Número de localidades atendidas	09	09	-
Número de agências	01	01	-
Número de postos de atendimento	01	01	-
Número de postos de arrecadação	-	-	-

Mercado	2015	2014	%
Área de permissão (Km ²)	242	242	-
Geração própria	-	-	-
Demanda máxima (MWh)	15,70	13,56	15,78
Suprimento (compra) (MWh)	72.847	63.467	14,78
Distribuição direta (MWh)	68.096	57.275	18,89
Consumo residencial médio (MWh/ano)	1.484	1.485	(0,07)
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	258,73	250,61	3,24
Total (exceto curto prazo)			
Residencial	288,31	288,67	(0,12)
Industrial	260,14	243,22	6,96
Comercial	287,39	277,62	3,52
Rural	183,94	174,41	5,47
Outros	180,20	183,17	(1,62)
DEC (horas) – Conjunto – Cocal do Sul	15,87	7,78	103,98
FEC (nº de interrupções) – Conjunto – Cocal do Sul	10,79	6,65	62,26
População atendida - Urbana (em milhares de habitantes)	27,01	25,73	4,97
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	2,01	1,92	4,69
Número de reclamações por 10.000 consumidores	0,22	0,39	(43,59)

Operacionais	2015	2014	%
Número de usinas em operação	-	-	-
Número de subestações	1	1	-
Linhas de distribuição	669	681	(1,76)
Número de transformadores	830	796	4,27
Número de postes	10.422	10.434	(0,12)
Capacidade instalada (Mva)	54,09	45,41	19,11

Financeiros	2015	2014	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	25.498	18.913	34,82
Receita operacional líquida (R\$ mil)	17.048	14.569	17,02
Margem operacional do serviço líquida (%)	5,80	9,98	(41,93)
EBITDA OU LAJIDA	2.808	2.852	(1,54)
Sobras líquidas (R\$ mil)	1.478	1.888	(21,72)

Operacionais	2015	2014	%
Lucro líquido por lote de mil ações	470	604	(22,18)
Patrimônio líquido (R\$ mil)	24.053	22.809	5,45
Valor patrimonial por lote de mil ações	1	1	-
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	6,14	8,28	(25,76)
Endividamento do patrimônio líquido (%)			
Em moeda nacional (%)	30,42	23,57	29,11
Em moeda estrangeira (%)	-	-	-
Indicadores de performance			
Salário Médio dos Funcionários	3,05	2,74	11,31
Energia Comprada por Funcionário	1.234,69	1.113,46	10,89
Energia Comprada por Consumidor	7,25	6,44	12,58
Retorno de ativos por unidade	0,07	0,08	(19,64)

AUDITORES INDEPENDENTES

A Audiconsult Auditores S/S – São José/SC prestou os serviços de auditoria externa relativa às demonstrações financeiras do exercício de 2015.

AGRADECIMENTOS

Ao conselho de administração e conselho fiscal, que novamente se mantiveram unidos nas decisões de interesse da COOPERCOCAL.

Ao quadro funcional, que com empenho e dedicação conseguiu executar as atividades inerentes ao bom desempenho do serviço de distribuição de energia elétrica em nossa área de permissão.

A outros que indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da permissionária.

Ao associado consumidor que participou de todas as atividades da permissionária expressando confiança na luta de consolidação do ideal cooperativo.

Cocal do Sul - SC, 27 de abril de 2016.

Altair Lorival de Mélo
Presidente

Nadia Guollo Bortolatto
Secretaria



COOPERCOCAL

**Demonstrações
Contábeis
Societárias**



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS

BALANÇO PATRIMONIAL			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014			
(Valores expressos em milhares de reais)			
		Legislação societária	
		2015	2014
ATIVO	Notas		
Circulante		6.203	4.143
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.817	782
Consumidores	7	4.238	3.049
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.1	(309)	(300)
Serviços em curso	8	47	119
Tributos compensáveis	9	46	53
Almoxarifado operacional	10	166	158
Despesas pagas antecipadamente	11	6	6
Outros ativos circulantes	12	192	276
Não circulante		20.429	18.540
Tributos compensáveis	9	52	76
Outros ativos não circulantes	13	782	654
Bens e atividades não vinculadas à concessão	14	1.130	1.105
Intangível	15	18.465	16.705
TOTAL DO ATIVO		26.632	22.683

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Valdir Benincá
Contador
CRC/SC 023222/O-7

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	Legislação societária	
		2015	2014
Circulante		4.150	2.644
Fornecedores	16	731	765
Empréstimo e financiamento	17	262	370
Obrigações sociais e trabalhistas	18	653	555
Tributos	19	221	187
Provisão para litígios	20	21	117
Encargos setoriais	21	326	335
Passivos regulatórios	22	1.321	-
Outros passivo circulantes	23	615	315
Não Circulante		3.168	2.687
Empréstimo e financiamento	17	-	259
Provisão para litígios	20	1.605	1.605
Obrigações vinculadas a permissão	24	1.563	823
Patrimônio líquido		19.314	17.352
Capital social	25	3.145	3.126
Reserva de capital	26	27	27
Reserva de sobras	27	14.609	12.574
Sobras a disposição da AGO	28	1.533	1.625
TOTAL DO PASSIVO		26.632	22.683

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Valdir Benincá
Contador
CRC/SC 023222/O-7

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação societária	
		2015	2014
Receita operacional	29	28.612	21.422
Fornecimento de energia elétrica	29.1	24.795	18.271
Serviços cobráveis	29.2	12	9
Doações, contribuições e subvenções	29.3	667	656
Outras receitas operacionais	29.4	3.138	2.486
(-) Deduções da receita operacional	30	8.450	4.344
ICMS	30.1	5.598	3.984
Encargos do consumidor	30.2	2.852	360
(=) Receita operacional líquida		20.162	17.078
(-) Custo do serviço de energia elétrica	31	18.574	15.306
Energia elétrica comprada para revenda	31	4.249	2.651
Encargo de uso do sistema de distribuição	31	2.866	2.160
Proinfa	31	379	334
Custo de operação	32	11.080	10.161
Pessoal e administradores	32.1	4.747	4.208
Material	32.2	980	1.231
Serviços de terceiros	32.2	889	885
Seguros	32.2	24	21
Provisões	32.2	3	252
Tributos	32.2	76	23
Amortização	32.2	908	823
Gastos diversos	32.3	3.079	2.478
Outros despesas operacionais	32.4	374	240
(=) Sobra bruta		1.588	1.772
Resultado financeiro	33	215	140
Receita financeiras	33	288	280
Despesas financeiras	33	(73)	(140)
(=) Sobras antes da contribuição social e imposto de renda		1.803	1.912
(-) Contribuição social		-	-
(-) Imposto de renda		-	-
(=) Sobras líquidas do exercício		1.803	1.912

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Melo
 Presidente
 CPF 344.212.629-00

Valdir Benincá
 Contador
 CRC/SC 023222/O-7

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS - ASSOCIADOS/NÃO ASSOCIADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação societária		
	Associados	N/Associados	Consolidado
Receita operacional bruta	28.612	-	28.612
Fornecimento de energia elétrica	24.795	-	24.795
Serviços cobráveis	12	-	12
Doações, contribuições e subvenções	667	-	667
Outras receitas operacionais	3.138	-	3.138
(-) Deduções da receita operacional	8.450	-	8.450
ICMS	5.598	-	5.598
Encargos do consumidor	2.852	-	2.852
(=) Receita operacional líquida	20.162	-	20.162
(-) Custo do serviço de energia elétrica	18.574	-	18.574
Energia elétrica comprada para revenda	4.628	-	4.628
Encargo de uso do sistema de distribuição	2.866	-	2.866
Custo de operação	11.080	-	11.080
Pessoal e administradores	4.747	-	4.747
Material	980	-	980
Serviços de terceiros	889	-	889
Amortização	908	-	908
Provisões	3	-	3
Outros	3.553	-	3.553
(=) Resultado do serviço	1.588	-	1.588
(+/-) Receita (despesas) financeiras	215	-	215
(=) Sobras antes da contribuição social e imposto de renda	1.803	-	1.803
(-) Contribuição social	-	-	-
(-) Imposto de renda	-	-	-
(=) Sobras líquidas do exercício	1.803	-	1.803

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Melo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Valdir Benincá
Contador
CRC/SC 023222/O-7

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação societária							Total
	Capital Social	Reserva de capital	Reservas de Sobras				Sobras a disposição da AGO	
			Fundo de reserva legal	FATES	Fundo de apoio II. pública	Fundo de expansão manut. Serv. de distrib.		
Saldo em 31 de dezembro de 2013	3.104	27	8.447	139	752	2.377	767	15.613
Integralização de quotas	28	-	-	-	-	-	-	28
Devolução de quotas	(6)	-	-	-	-	-	-	(6)
Realização de reservas/fundos	-	-	-	(147)	-	-	(767)	(914)
Sobras do exercício	-	-	-	-	-	-	1.912	1.912
Destinação Estatutária:								
Fundo de reserva legal	-	-	191	-	-	-	(191)	-
FATES	-	-	-	108	-	-	(96)	12
Fundo exp. e manut. serv. distrib.	-	-	-	-	-	707	-	707
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3.126	27	8.638	100	752	3.084	1.625	17.352
Integralização de quotas	24	-	-	-	-	-	-	24
Devolução de quotas	(5)	-	-	-	-	-	-	(5)
Realização de reservas/fundos	-	-	-	(101)	-	-	(1.625)	(1.726)
Sobras do exercício	-	-	-	-	-	-	1.803	1.803
Destinação Estatutária:								
Fundo de reserva legal	-	-	180	-	-	-	(180)	-
FATES	-	-	-	331	-	-	(90)	241
Fundo exp. e manut. serv. distrib.	-	-	-	-	-	1.625	-	1.625
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.145	27	8.818	330	752	4.709	1.533	19.314

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Valdir Benincá
Contador
CRC/SC 023222/O-7

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE E DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação societária	
	2015	2014
RESULTADO/SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO	1.803	1.912
(+/-) Resultados Abrangentes	-	-
Reversão Reserva de Reavaliação NBC TG 27 R2	-	-
Reversão Reserva do FATES NBC T 10.8 IT 01	-	-
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	1.803	1.912
RESULTADO COM TERCEIROS	-	-
Resultado Líquido do Exercício (Operações com não associados)	-	-
Base para destinações legais e estatutárias	1.803	1.912
Fundo de Reserva - Art. 55 - Estatuto Social - 10%	(180)	(191)
FATES - Art. 56 - Estatuto Social - 5%	(90)	(96)
(=) RESULTADO/SOBRA ABRANGENTE ATRIBUÍVEL AOS ASSOCIADOS NA AGO	1.533	1.625

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
 Presidente
 CPF 344.212.629-00

Valdir Benincá
 Contador
 CRC/SC 023222/O-7

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014		
(Valores expressos em milhares de reais)		
	Legislação societária	
	2015	2014
Atividades operacionais		
Sobra líquida do exercício	1.803	1.912
Ajuste ao resultado líquido	699	434
Depreciação e amortização	689	488
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10	(54)
Resultado ajustado do exercício	2.502	2.346
Variações no ativo circulante	(1.035)	(462)
Consumidores	(1.189)	(379)
Serviços em curso	72	(91)
Tributos compensáveis	7	31
Amoxarifado operacional	(8)	11
Despesas antecipadas	(1)	3
Outros ativos circulantes	84	(37)
Variações no passivo circulante	1.506	446
Fornecedores	(34)	197
Empréstimo, financiamentos	(108)	(28)
Obrigações sociais e trabalhistas	98	(8)
Tributos	34	(198)
Provisões para litígios	(96)	107
Encargos setoriais	(9)	126
Passivos regulatórios	1.321	-
Outros passivos circulantes	300	250
Variações no ativo não circulante	(104)	(317)
Tributos compensáveis	24	(23)
Outros ativos não circulantes	(128)	(294)
Variações no passivo não circulante	481	108
Empréstimos e financiamentos	(259)	(367)
Provisão para litígios	-	294
Obrigações vinculadas a permissão	740	181
Total das atividades operacionais	3.350	2.121
Atividades de investimento		
Aumento de investimento	(25)	(54)
Pagamento pela compra de bens para imobilizado	(2.449)	(1.521)
Total das atividades de investimento	(2.474)	(1.575)
Atividades de financiamento		
Utilização das reservas	140	(135)
Capital a integralizar	19	22
Utilização das sobras	-	(60)
Total das atividades de financiamento	159	(173)
Total dos efeitos no caixa e equivalente de caixa	1.035	373
Saldo inicial de caixa	782	409
Saldo final de caixa	1.817	782
Variação do caixa e equivalente de caixa	1.035	373

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Valdir Benincá
Contador
CRC/SC 023222/O-7

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação societária	
	2015	2014
Receitas	28.610	21.170
Venda de energia e serviços	24.808	18.281
Doações, contribuições e subvenções	667	656
Outras receitas	3.138	2.485
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3)	(252)
(-) Insumos adquiridos de terceiros	15.692	10.360
Insumos consumidos	10.346	5.505
Materiais e serviços de terceiros	1.869	2.116
Outros	3.477	2.739
(=) Valor adicionado bruto	12.918	10.810
(-) Quotas de reintegração	908	823
Depreciação, amortização e exaustão	908	823
(=) Valor adicionado líquido produzido pela entidade	12.010	9.987
(+) Valor adicionado recebido em transferência	288	280
Receitas financeiras	288	280
(=) Valor adicionado total a distribuir	12.298	10.267
Distribuição do valor adicionado	12.298	10.267
Pessoal	3.910	3.420
Remuneração direta	3.371	2.970
Encargos sociais (FGTS/PIS)	116	209
Assistência médica/plano de saúde	139	110
Outros	284	131
Governo	6.512	4.795
Federais	838	788
INSS (sobre folha de pagamento)	838	788
Estaduais	5.672	4.004
ICMS	5.598	3.984
IPVA	18	17
Outros	56	3
Municipais	2	3
IPTU	2	3
Financiadores	73	140
Despesas financeiras	73	140
Remuneração de capitais próprios	1.803	1.912
Sobras do exercício	1.803	1.912
Valor adicionado (médio) por empregado	208	180

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
 Presidente
 CPF 344.212.629-00

Valdir Benincá
 Contador
 CRC/SC 023222/O-7

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação societária	
	2015	2014
TOTAL DE RECURSOS	1.803	1.912
RECURSOS COM ASSOCIADOS	1.803	1.912
Sobra Líquida do Exercício (Atividades com associados)	1.803	1.912
RECURSOS COM NÃO ASSOCIADOS	-	-
Sobra Líquida do Exercício (Atividades com não associados)	-	-
(-) DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	(270)	(287)
Fundo de Reserva	(180)	(191)
FATES (Atividades com associados)	(90)	(96)
(=) SALDO A DISPOSIÇÃO DA AGO	1.533	1.625

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
 Presidente
 CPF 344.212.629-00

Valdir Benincá
 Contador
 CRC/SC 023222/O-7

NOTAS EXPLICATIVAS SOCIETÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

1 – Contexto operacional

A permissionária é uma sociedade cooperativa, constituída na forma da Lei nº 5.764/71, de capital aberto, controlada pelos associados, com atividade de distribuição de energia elétrica, atividade regulamentada pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Atende a 13.099 associados, sendo destes, 10.045 consumidores (informações examinadas pelos auditores) e pela nova regulamentação do setor elétrico, estamos disponíveis para atender consumidores livres no Estado de Santa Catarina.

2 – Das permissões

A Cooperativa Energética Cocal – COOPERCOCAL detém a permissão, válida até o ano de 2040, para a distribuição de energia elétrica no município de Cocal do Sul e em parte dos municípios de Urussanga, Criciúma, Pedras Grandes, Orleans, Morro da Fumaça, Lauro Müller, Siderópolis e Treviso, todos do Estado de Santa Catarina, conforme contrato nº 034/2010-ANEEL.

3 – Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 5.764/71, que rege as atividades cooperativas no Brasil Resolução do CFC nº 1.255/09 que estabelece as normas para apresentação das demonstrações financeiras das pequenas e médias empresas, disposições regulatórias e os princípios fundamentais da contabilidade.

Também cumpriu as disposições do manual de contabilidade do serviço público de energia elétrica, Resolução Normativa ANEEL nº 605/14, conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica –

ANEEL, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), e estatuto social.

Adoção das normas brasileiras de contabilidade através da interpretação técnica NBC T 10.8 – IT 01, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e instruções contidas no Despacho nº 245 de 28 de janeiro de 2016 da SFF/ANEEL.

- Adoção do modelo de apresentação da PAC – Prestação Anual de Contas;
- Adequação das naturezas de gastos e centros de custos;
- Configuração dos detalhes conforme preenchimento da RIT – Relatório de Informações Trimestrais;
- Adequação do plano de contas;
- Contabilização da mão de obra para as ordens em curso;
- Contabilização da renda não faturada;
- Contabilização do rateio da administração central para atividades;
- Aplicação do OCPC 08.

Em atendimento ao previsto na Resolução CFC nº 1.292/10, que aprovou a NBC TG 01(R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a administração avalia e entende que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da depreciação ou de custos previstos na empresa de referência, e que ao final da permissão os bens remanescentes serão indenizados.

Sendo assim, o entendimento da COOPERCOCAL é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

A Cooperativa Energética Cocal – COOPERCOCAL apresenta, no encerramento do exercício de 2015, as demonstrações contábeis societárias e regulatórias com valores expressos em milhares de reais, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) Resolução ANEEL nº. 605 de 11 de março de 2014 e resolução ANEEL nº 396/2010 de 26 de fevereiro de 2010.

4 – Principais práticas contábeis

As práticas contábeis abaixo descritas foram aplicadas as informações societárias e regulatórias quando pertinentes e individuais, se necessário, conforme decisão do conselho de administração emanada da reunião realizada em 25 de janeiro de 2016 e referenciada pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 18 de março de 2016.

- **Caixa e equivalentes de caixa**

Estão registradas ao valor de mercado, expressas pelo saldo de caixa, depósitos em bancos, certificado de depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo.

- **Consumidores**

Compreende o fornecimento de energia faturada e não faturada a consumidores finais, conforme montantes determinados em contrato até 31 de dezembro de 2015, contabilizado com base no regime de competência.

- **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Em relação às contas a receber de consumidores, a mesma é constituída conforme determina o MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - Resolução ANEEL nº. 605 de 11 de março de 2014, (item nº 7.2.8). Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

Os parcelamentos de débitos estão reconhecidos em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

- **Ajuste a valor presente**

O ajuste a valor presente previsto na NBC TG 12, aprovada pela resolução nº 1.151/09 e alterada pela resolução nº 1.329/11 do Conselho Federal de Contabilidade, não foi calculado sobre parcelamentos de energia elétrica, por entender a administração que está coberta pela provisão.

- **Estoque (inclusive do ativo imobilizado)**

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição.

- **Ativos e passivos regulatórios**

Reconhecidos após o aditamento do contrato de permissão e aplicados na forma prevista no OCPC 08 de 28 de novembro de 2014, aprovado pela Norma NBC - CTG 08 de 05 de dezembro de 2014.

- **Investimentos**

As participações societárias permanentes, controladas e coligadas, estão registradas pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perda quando aplicável.

- **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina o MCPSE (Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico) aprovado pela Resolução ANEEL nº 367 de 02 de julho de 2009, alteradas pelas resoluções nº 474/12 e 529/12.

- **Intangível**

Direitos sobre objetos incorpóreos destinados a manutenção da entidade, ou obtidos com esta finalidade e estão registrados pelo custo de aquisição, sem a constituição de provisão para perda.

A amortização do intangível é calculada através das taxas de depreciação tomando se como base os saldos contábeis registrados.

A baixa de um ativo intangível é efetivada através de alienação ou quando não existem benefícios econômicos futuro resultante do uso ou da alienação.

Os resultados da baixa são reconhecidos no resultado do exercício.

- **Atualização de direitos e obrigações**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

- **Estimativas**

As estimativas são anualmente revisadas quando da preparação de demonstrações financeiras na conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A administração se baseia em julgamentos para determinação e o registro de estimativas que afetem seus ativos, passivos, receitas e despesas e os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

- **Imposto de renda e contribuição social**

Calculados e registrados quando devidos conforme legislação vigente nas datas dos balanços.

Inclusa no regime tributário de apuração do lucro real, não tributou operações com associados, isentos na forma determinada pela Lei nº 5.764/91.

- **Empréstimos e financiamentos**

Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais e acrescidas dos respectivos encargos, quando classificados como passivos financeiros amortizados pelo custo e registrados ao respectivo valor de mercado, quando classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

- **Provisão para litígios**

As provisões para litígios conhecidas nas datas dos balanços são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas ou cíveis, cuja probabilidade de perda em processos que envolvam discussão judicial é considerada provável, na opinião da administração e de seus assessores legais.

Estão sendo apresentadas nesta rubrica as provisões para contingências liquidas dos depósitos e/ou bloqueios judiciais e elas relacionadas.

- **Reconhecimento das receitas**

Todas as receitas de operação, uso e serviço praticadas pela COOPERCOCAL, são reconhecidas no momento da emissão da nota fiscal/fatura de energia elétrica por satisfazerem os requisitos exigidos na NBC TG 30, aprovada pela Resolução nº 1.412/12 do Conselho Federal de Contabilidade.

- **Receita não faturada**

Corresponde a receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e a receita de utilização de rede de distribuição não faturada, calculadas em base estimada, referente ao período após a medição mensal e o último dia do mês.

- **Receita de construção e custo de construção**

O ICPC 01 (R2) estabelece que o permissionário de distribuição de energia elétrica deva registrar e mensurar os serviços prestados de acordo com os

CPCs 17 (R1) “Contratos de Construção” e CPC 30 (R1) – Receitas, mesmo quando regidos por um único contrato de permissão. A permissionária contabiliza receitas de construção de infraestrutura de distribuição utilizada na prestação de serviços.

Os custos são reconhecidos na demonstração de resultado do exercício como custo de construção.

- **Impostos e contribuições**

As receitas de venda de serviços de distribuição estão sujeitas a tributação pelo imposto de circulação de mercadorias e serviços – ICMS as alíquotas vigentes.

Os demais tributos somente são exigíveis quando a permissionária opera com consumidores não associados.

- **Apuração de resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

- **Sobra líquida**

A sobra ou perda que ocorrer será colocada à disposição dos associados, que deliberarão sobre sua destinação, obedecendo ao disposto na Lei nº 5.764/71 e Estatuto Social

5 - Caixa e equivalente de caixa

5.1 - Caixa

Legislação societária		
	2015	2014
Caixa	3	3
Bancos	151	338
Fundo de caixa	2	3
Numerário em trânsito	26	29
Total	182	373

5.2 – Equivalentes de caixa

Legislação societária		
	2015	2014
Banco do Brasil S/A	214	-
Caixa Econômica Federal	826	257
Banco Bradesco S/A	445	152
Sicoob Credisulca SC	150	-
Total	1.635	409

5.3 – Aplicações no mercado aberto e títulos e valores mobiliários

Legislação societária					
Instituição financeira	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	2015	2014
Banco do Brasil S/A	CDB/DI	Indeterminado	Diária	214	-
Caixa Econômica Federal	CDB/RDB	Indeterminado	Diária	826	257
Banco Bradesco S/A	CDB/CDI	Indeterminado	Diária	445	152
Sicoob Credisulca SC	RDC/CDI	Indeterminado	Diária	150	-
Total				1.635	409

6 - Consumidores

Todos os consumidores foram faturados e tem saldo de consumo de pelo menos quatro dias, referente ao disposto no calendário mensal de leitura.

Número de consumidores	Legislação societária	
	2015	2014
Faturados	10.045	9.858
Total	10.045	9.858

7 - Consumidores, concessionárias e permissionárias

7.1 - Composição das contas a receber

Legislação societária								
					Provisão para devedores duvidosos		Saldo	
Consumidor	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	2015	2014	2015	2014
Residencial	639	176	32	847	32	25	815	623
Industrial	1.239	210	190	1.639	189	187	1.450	892
Consumidor Livre	199	-	-	199	-	-	199	-
Comercial	348	65	9	422	8	8	414	352
Rural	154	20	6	180	5	6	175	114
Poder Público	30	-	-	30	-	-	30	14
Iluminação Pública	42	-	55	97	55	55	42	23
Serviço Público	23	-	-	23	-	-	23	17
Renda N/ Faturada	650	-	-	650	-	-	650	497
Subtotal - Consumidores	3.324	471	292	4.087	289	281	3.798	2.532
Serviços Cobráveis	1	2	1	4	1	1	3	2
Parc. de Créditos a Receber	25	-	-	25	6	6	19	96
Outros Créditos	-	-	122	122	13	12	109	119
Total	3.350	473	415	4.238	309	300	3.929	2.749

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – Resolução ANEEL nº. 605 de 11 de março de 2014, item 7.2.8 – Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

- Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias e;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

8 - Serviços em curso

Legislação societária		
	2015	2014
Serviços em curso	47	119
Total	47	119

9 - Tributos a compensar**9.1 - Circulante**

Legislação societária		
	2015	2014
ICMS	46	53
Total	46	53

9.2 - Não circulante

Legislação societária		
	2015	2014
ICMS	52	76
Total	52	76

10 - Almoxarifado operacional

Legislação societária		
	2015	2014
Almoxarifado em serviço	119	147
Adiantamento a fornecedores	47	11
Total	166	158

11 - Despesas pagas antecipadamente

Legislação societária		
	2015	2014
Seguros	6	6
Total	6	6

12 - Outros ativos circulantes

Legislação societária		
	2015	2014
Empregados	38	36
Fornecedores	51	49
Serviços prestados a terceiros	4	-
Rendas a receber	29	30
Reembolso do fundo da CDE	66	159
Desativações, alienações e dispêndios em curso	4	2
Total	192	276

13 - Outros ativos não circulantes

Legislação societária		
	2015	2014
Poderes públicos - Precatórios	-	6
Iluminação pública - Precatórios	129	205
Ativo reversível	653	443
Total	782	654

14 - Bens e atividades não vinculadas à concessão

Legislação societária		
	2015	2014
Avaliadas pelo custo de aquisição		
Fecoerusc – Oficina de transformadores	16	16
Sicoob Credisulca SC	11	10
Subtotal	27	26
Outros investimentos		
Sede recreativa	1.103	1.078
Terrenos não operacionais	-	1
Subtotal	1.103	1.079
Total	1.130	1.105

15 - Intangível

	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais vinculadas	Legislação societária	
				2015	2014
				Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	22.284	5.643	956	15.685	15.009
Bens da permissão	22.284	5.643	956	15.685	15.009
Administração	1.218	655	-	563	610
Bens da permissão	1.218	655	-	563	610
Subtotal	23.502	6.298	956	16.248	15.619
Em curso					
Distribuição	1.261	-	607	654	263
Bens da permissão	1.261	-	607	654	263
Subtotal	1.261	-	607	654	263
Total	24.763	6.298	1.563	16.902	15.882

16 – Fornecedores

Legislação societária		
	2015	2014
Suprimento de energia elétrica	708	559
Materiais e serviços	23	206
Total	731	765

17 – Empréstimos e financiamentos

17.1 – Circulante

Legislação societária		
	2015	2014
Principal – Banco do Brasil S/A	251	334
Encargos de dívidas – Banco do Brasil S/A	11	36
Total	262	370

17.2 – Não circulante

Legislação societária		
	2015	2014
Principal – Banco do Brasil S/A	-	251
Encargos de dívidas – Banco do Brasil S/A	-	8
Total	-	259

17.3 – Não circulante

Legislação societária						
Instituição financeira	Modalidade	Nº Contrato	Vencimento	Taxa anual	Circulante	Não circulante
Banco do Brasil S/A	Financiamento de bens	40/00350-7	15/09/2016	6%	251	-
Total					251	-

18 – Obrigações sociais e trabalhistas

Legislação societária		
	2015	2014
Empregados / Diretores	180	160
Férias	407	340
Tributos retidos na fonte	66	55
Consignação em favor de permissão e ou terceiros	-	-
Total	653	555

19 – Tributos

Legislação societária		
	2015	2014
PIS	1	-
COFINS	5	-
PIS/COFINS/CSLL	1	1
ICMS	113	97
ISS	-	1
Previdência social – Empresa	69	61
FGTS	29	24
PIS	3	3
IMPOSTO DE RENDA	-	-
Total	221	187

20 – Provisão para litígios

Legislação societária						
2015			2014			
Valor da provisão			Valor da provisão			
Contingência	No exercício	Acumulada	Depósitos judiciais	No exercício	Acumulada	Depósitos judiciais
Trabalhistas						
Diversos	-	-	-	80	80	-
Subtotal	-	-	-	80	80	-
Cíveis						
Diversos	13	21	-	27	37	-
Subtotal	13	21	-	27	37	-
Fiscais						
PIS	-	286	-	35	286	-
COFINS	-	1.319	-	164	1.319	-
Subtotal	-	1.605	-	199	1.605	-
Total	13	1.626	-	306	1.722	-

21 – Encargos setoriais

Legislação societária		
	2015	2014
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	97	123
Programa de eficiência energética – PEE	224	185
Conta de desenvolvimento energético – CDE	-	23
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica – TFSEE	4	3
Demais encargos setoriais	1	1
Total	326	335

22 – Passivos regulatórios

Legislação societária		
	2015	2014
Neutralidade da parcela “A”	145	-
Adicional bandeiras (Devolução)	662	-
Adicional bandeiras	514	-
Total	1.321	-

23 – Outros passivos circulantes

Legislação societária		
	2015	2014
Consumidores	12	7
Seguros	-	1
Crédito convênio arrecadação – COSIP	59	33
Convênio arrecadação – Associações	19	35
Cooperativa central Aurora alimentos	525	239
Total	615	315

24 – Obrigações vinculadas a permissão

	Custo	Amortização acumulada	Legislação societária	
			2015	2014
			Valor líquido	Valor líquido
Em serviço				
Distribuição	1.019	63	956	347
Bens da permissão	1.019	63	956	347
Em curso				
Distribuição	607	-	607	476
Bens da permissão	607	-	607	476
Total	1.626	63	1.563	823

25 – Capital social

Legislação societária		
	2015	2014
Capital subscrito	3.156	3.136
(-) Capital a integralizar	(11)	(10)
Total	3.145	3.126

26 – Reservas de capital

Legislação societária		
	2015	2014
Reserva de associados	27	27
Total	27	27

27 – Reservas de sobras

Legislação societária		
	2015	2014
Fundo de reserva legal	8.819	8.639
Fundo de assistência técnica educacional e social	329	99
Fundo de apoio a iluminação pública	752	752
Fundo exp. e manutenção do serviço de distribuição	4.709	3.084
Total	14.609	12.574

28 – Sobras acumuladas

Legislação societária		
	2015	2014
Sobras a disposição da AGO	1.533	1.625
Total	1.533	1.625

29 – Receita operacional**29.1 – Fornecimento de energia elétrica**

Legislação societária		
	2015	2014
Residencial	6.670	6.231
Industrial	12.367	7.134
Comercial	3.160	2.755
Rural	1.290	1.099
Podere s públicos	283	247
Iluminação pública	864	780
Serviços públicos	227	181
(-) Devolução de energia	(33)	(10)
Neutralidade da parcela "A"	(145)	-
Renda não faturada	153	50
(-) Transferência	(84)	(196)
Consumidores livres - industrial	43	-
Total	24.795	18.271

29.2 – Serviços cobráveis

Legislação societária		
	2015	2014
Taxas de serviços	12	9
Total	12	9

29.3 – Doações, contribuições e subvenções

Legislação societária		
	2015	2014
Recursos recebidos ELETROBRÁS - CDE	667	656
Total	667	656

29.4 – Outras receitas operacionais

Legislação societária		
	2015	2014
Uso de redes compartilhado	184	170
Renda da prestação de serviços	5	-
Administração COSIP	93	11
Receita construção	2.787	2.222
Ganho na alienação de materiais	39	82
Outros	-	1
Reversão da provisão trabalhista	30	-
Total	3.138	2.486

30 – (-) Deduções da receita operacional**30.1 - Tributos**

Legislação societária		
	2015	2014
ICMS	5.598	3.984
Total	5.598	3.984

30.2 – Encargos do consumidor

Legislação societária		
	2015	2014
Programa de pesquisa e desenvolvimento – P&D	93	70
Programa de eficiência energética – PEE	93	70
Conta de desenvolvimento energético – CDE	1.063	185
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica – TFSEE	40	35
Adicional bandeiras	1.563	-
Total	2.852	360

31 – (-) Custo do serviço de energia elétrica

Legislação societária		
	2015	2014
Energia elétrica comprada para revenda	4.249	2.651
Encargos de uso do sistema	2.866	2.160
Energia PROINFA	379	334
Total	7.494	5.145

32 – Custo de operação**32.1 – Pessoal e administradores**

Legislação societária		
	2015	2014
Pessoal	4.428	3.939
Administradores	319	269
Total	4.747	4.208

32.2 – Demais custos operacionais

Legislação societária		
	2015	2014
Material	980	1.231
Serviços de terceiros	889	885
Seguros	24	21
Provisões	3	252
Tributos	76	23
Depreciação e amortização	908	823
Total	2.880	3.235

32.3 – Gastos diversos

Legislação societária		
	2015	2014
Indenização por perdas e danos	65	103
Custo com construção	2.787	2.222
Organizações e federações	125	119
Outros	102	34
Total	3.079	2.478

32.4 – Outras despesas operacionais

Legislação societária		
	2015	2014
Perdas na alienação e desativação	140	189
Outras despesas	234	51
Total	374	240

33 – Resultado financeiro

Legislação societária		
	2015	2014
Receitas financeiras	288	280
Despesas financeiras	(73)	(140)
Total	215	140

34 – Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A Lei nº 5.764/71 define como isenta as operações com associados, portanto a COOPERCOCAL, como opera somente com associados, não provisionou impostos de renda e contribuição social.

35 – Participação nos resultados

A COOPERCOCAL não possui nenhum programa de participação nas sobras da empresa direcionada aos empregados.

36 – Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados

Legislação societária		
	2015	2014
Plano de saúde	118	100
Vale transporte	2	3
Vale alimentação	188	41
Seguro de vida	19	17
Cursos, treinamentos e outros	27	10
Bolsa de estudo	17	21
Total	371	192

- Plano de saúde Unimed Uniflex Sul para colaboradores e Co-Participação 50% para dependentes.
- Seguro de vida;
- Bolsa de estudo – com limite de R\$120,00;
- Convênio para saúde ocupacional e segurança no trabalho.

37 – Transações com partes relacionadas

O serviço de conserto e reforma de transformadores é executado pela coligada FECOERUSC – Assistência Técnica Extremo Sul, sem que ocorra ganhos nestas operações.

A COOPERCOCAL não efetuou outras transações com partes relacionadas no exercício de 2015.

38 – Instrumentos financeiros

a) Considerações gerais

A permissionária avalia que os riscos são mínimos, pois não existe concentração de parte contrária, e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez, dentro de limites aprovados pelo conselho de administração.

b) Concentração de risco de crédito

Parte substancial das vendas é bastante pulverizada a um grande número de consumidores. No caso desses consumidores, o risco de crédito é mínimo devido à grande carteira e aos procedimentos de controle, os quais monitoram esse risco.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face à eventuais perdas na realização destes.

Não existem consumidores com montantes expressivos que possam significar risco a atividade.

c) Moeda estrangeira

A COOPERCOCAL não contratou operações com moeda estrangeira no exercício de 2015.

d) Riscos de liquidez

O risco de liquidez é medido pela capacidade da cooperativa cumprir com suas obrigações de curto prazo, médio prazo e longo prazo, tendo presente a sua estrutura de reservas financeiras, de ativos e linhas de crédito disponíveis para captação de novos recursos e principalmente fluxo de caixa.

Na data base das demonstrações contábeis, o índice liquidez corrente e liquidez geral eram de 1,49 e 0,96 respectivamente, não havendo indicativo de falta de capacidade de liquidação das obrigações existentes, sejam de curto, médio e longo prazo.

39 – Demonstrações do resultado do exercício segregado por atividade

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos as Demonstrações do Resultado do Exercício Segregado por Atividade, em 31 de dezembro de 2015, das Unidades de Negócio: Geração (GER), Transmissão (TRA), Distribuição (DIS), Atividades não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica (AV) e o Consolidado (CONS).

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - SEGREGADO POR ATIVIDADES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação societária				
	GER	TRA	DIS	AV	CONS
Receita operacional bruta	-	-	28.612	-	28.612
Fornecimento de energia elétrica	-	-	24.795	-	24.795
Serviços cobráveis	-	-	12	-	12
Doações, contribuições e subvenções	-	-	667	-	667
Outras receitas operacionais	-	-	3.138	-	3.138
(-) Deduções da receita operacional	-	-	8.450	-	8.450
ICMS	-	-	5.598	-	5.598
Encargos setoriais	-	-	2.852	-	2.852
(=) Receita operacional líquida	-	-	20.162	-	20.162
(-) Custo do serviço de energia elétrica	-	-	18.574	-	18.574
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	4.628	-	4.628
Encargo de uso do sistema de distribuição	-	-	2.866	-	2.866
Custo de operação	-	-	11.080	-	11.080
Pessoal e administradores	-	-	4.747	-	4.747
Material	-	-	980	-	980
Serviços de terceiros	-	-	889	-	889
Amortização	-	-	908	-	908
Provisões	-	-	3	-	3
Outros	-	-	3.553	-	3.553
(=) Sobra operacional bruta	-	-	1.588	-	1.588
(+/-) Receita (despesas) financeiras	-	-	215	-	215
(=) Sobras antes da CS e IR	-	-	1.803	-	1.803
(-) Contribuição social	-	-	-	-	-
(-) Imposto de renda	-	-	-	-	-
(=) Sobras líquida do exercício	-	-	1.803	-	1.803

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Valdir Benincá
Contador
CRC/SC 023222/O-7

39.1 – Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações por unidade de negócio

Na Unidade de Negócio foi considerado as receitas operacionais faturadas aos consumidores externos, por transferências de preço contratadas entre as partes conforme segue abaixo:

Unidade	Receita de unidade	
	D	Total
Geração – G	-	-
Transmissão – T	-	-
Distribuição – D	28.612	28.612
Atividades não vinculadas - AV	-	-
Total	28.612	28.612

39.1.1 – Conciliação das demonstrações de resultado

	Unidade de negócio	Permissionária	Diferença
Receita operacional	28.612	28.612	-
Deduções da receita operacional	8.450	8.450	-
Receita operacional líquida	20.162	20.162	-
Despesas operacionais	18.574	18.574	-
Resultado do serviço	1.588	1.588	-
Sobra antes da tributação e participações	1.803	1.803	-
Sobra líquida do exercício	1.803	1.803	-

As receitas e despesas operacionais estão contabilizadas na Unidade de Negócio, acrescidas dos valores apurados, com base nas receitas transferidas entre as mesmas.

As deduções, tais como, impostos e contribuições, foram calculados sobre o montante das receitas escrituradas e virtuais, aplicando-se as alíquotas ou taxas efetivamente incorridas na permissionária.

As receitas financeiras, oriundas de multas e juros sobre atraso no pagamento de energia elétrica, foram classificadas na unidade de negócio.

40 - Seguros

Riscos	Data da vigência	Importância segurada	Premio líquido
Equipamentos nomeados	18/03/2016	4.000	7
Incêndio – imóveis próprios – sede administrativa	21/06/2016	3.000	2
Veículos – Volkswagen Voyage – placa MHU 2069	11/05/2016	100%	2
Veículos – Volkswagen Gol – placa MKD 5087	06/11/2016	100%	3
Equipamentos – 9 transformador regulador tensão	13/02/2016	900	7

Equipamentos nomeados

Na apólice contratada foi destacada a subestação 69 KV - COOPERCOCAL, nomeando os principais equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos, riscos diversos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.

41 – Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes que poderão causar impacto na posição patrimonial, na financeira, no resultado e nas atividades são:

- Recessão econômica nacional e mundial;
- Aumento significativo no crescimento de carga de fornecimento de energia elétrica, em caso de instalações de grandes empresas;
- Condições climáticas adversas.

Altair Lorival de Mélo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Valdir Benincá
Contador
CRC/SC 023222/O-7



Demonstrações Contábeis Regulatórias



COOPERCOCAL

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

BALANÇO PATRIMONIAL
 COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
 CNPJ 86.532.348/0001-45
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
 (Valores expressos milhares de reais)

Ativo	Notas	2015	2014
Ativo circulante		6.203	4.143
Caixa e equivalentes de caixa		1.817	782
Consumidores	4	3.929	2.749
Serviços em curso		47	119
Tributos compensáveis		46	53
Almoxarifado operacional		166	158
Despesas pagas antecipadamente		6	6
Ativos financeiros setoriais	6	66	159
Outros ativos circulantes		126	117
Ativo não circulante		25.168	24.021
Tributos compensáveis		52	76
Outros ativos não circulantes		129	211
Bens e atividades não vinculadas à concessão		1.130	1.105
Imobilizado	5	23.794	22.626
Intangível		63	3
Total do ativo		31.371	28.164

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
 Presidente
 CPF 344.212.629-00

Valdir Benincá
 Contador
 CRC/SC 023222/O-7

BALANÇO PATRIMONIAL
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos milhares de reais)

	Notas	2015	2014
Passivo			
Passivo circulante		4.150	2.668
Fornecedores		731	765
Empréstimo e financiamento	7	262	370
Obrigações sociais e trabalhistas		653	555
Tributos		221	187
Provisão para litígios	9	21	117
Encargos setoriais		326	335
Passivos financeiros setoriais	6	1.321	24
Outros passivo circulantes		615	315
Passivo não circulante		3.168	2.687
Empréstimo e financiamento	7	0	259
Provisão para litígios	9	1.605	1.605
Obrigações vinculadas a permissão	10	1.563	823
Total do passivo		7.318	5.355
Patrimônio líquido	11		
Capital social		3.145	3.126
Reserva de capital		27	27
Outros Resultados Abrangentes		5.088	5.481
Reserva de Sobras		14.537	12.570
Sobras a disposição da AGO		1.256	1.605
Total do patrimônio líquido		24.053	22.809
Total do passivo e do patrimônio líquido		31.371	28.164

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
 Presidente
 CPF 344.212.629-00

Valdir Benincá
 Contador
 CRC/SC 023222/O-7

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos milhares de reais)

	Notas	2015	2014
Operações em Continuidade			
Receita / Ingresso	12	25.498	18.913
Fornecimento de energia elétrica		24.776	18.247
Disponibilização do sistema de distribuição		43	0
Serviços cobráveis		12	10
Doações, contribuições e subvenções		667	656
Tributos		5.598	3.984
ICMS		5.598	3.984
Encargos - Parcela "A"		2.852	360
Pesquisa e desenvolvimento - p&d		93	70
Programa de eficiência energética - pee		93	70
Conta de desenvolvimento energético - cde		1.063	185
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - tfsee		40	35
Outros encargos		1.563	0
Receita Líquida / Ingresso Líquido		17.048	14.569
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"		7.494	5.145
Energia elétrica comprada para revenda		4.628	2.985
Encargo de uso do sistema de distribuição		2.866	2.160
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		9.554	9.424
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"		8.238	7.699
Pessoal e administradores	14	4.747	4.208
Material		980	1.231
Serviços de terceiros		889	885
Seguros		24	21
Provisões		(27)	252
(-) Recuperação de Despesas		(49)	(57)
Tributos		76	23
Depreciação e amortização		1.257	823
Gastos diversos		341	313
Outras receitas operacionais		(321)	(263)
Outros despesas operacionais		374	239
Resultado da Atividade		1.263	1.749
Resultado financeiro		215	139
Receita financeiras		288	280
Despesas financeiras		(73)	(141)
Resultado Antes dos Impostos Sobre a sobras		1.478	1.888
(-) Contribuição social		0	0
(-) Imposto de renda		0	0
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		1.478	1.888
Sobras por quotas-parte originada das operações em continuidade			
básico - sobras de operações continuadas atribuíveis aos associados		0,47	0,60

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
 Presidente
 CPF 344.212.629-00

Valdir Benincá
 Contador
 CRC/SC 023222/O-7

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos milhares de reais)

	2015	2014
SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO	1.478	1.888
Outros Resultados Abrangentes	0	0
Reversão Reserva de Reavaliação NBC TG 27 R2	0	0
Reversão Reserva do FATES NBC T 10.8 IT 01	0	0
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	1.478	1.888
RESULTADO COM TERCEIROS	0	0
Resultado Líquido do Exercício (Operações com não associados)	0	0
Base para destinações legais e estatutárias	1.478	1.888
Fundo de Reserva - Art. 55 - Estatuto Social - 10%	(148)	(189)
FATES - Art. 56 - Estatuto Social - 5%	(74)	(94)
(=) RESULTADO/SOBRA ABRANGENTE ATRIBUÍVEL AOS ASSOCIADOS NA AGO	1.256	1.605

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
 Presidente
 CPF 344.212.629-00

Valdir Benincá
 Contador
 CRC/SC 023222/O-7

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
 CNPJ 86.532.348/0001-45
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
 (Valores expressos milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reservas de Sobras			Sobras a disposição da AGO	Total
				Fundo de reserva legal	FATES	Fundo de apoio II. pública		
Saldo em 31 de dezembro de 2013	3.104	27	-	8.447	139	752	2.377	15.613
Integralização de quotas	28	-	-	-	-	-	-	28
Devolução de quotas	(6)	-	-	-	-	-	-	(6)
Reserva de capital	-	-	-	-	-	-	-	0
VRN - reavaliação	-	-	5.481	-	-	-	-	5.481
Realização de reservas/fundos	-	-	-	-	(147)	-	(767)	(914)
Sobras do exercício	-	-	-	-	-	-	1.888	1.888
Destinação Estatutária:								
Fundo de reserva legal	-	-	-	189	-	-	(189)	-
FATES	-	-	-	-	106	-	(94)	12
Fundo exp. e manut. serv. distrib.	-	-	-	-	-	-	707	707
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3.126	27	5.481	8.636	98	752	3.084	22.809
Integralização de quotas	24	-	-	-	-	-	-	24
Devolução de quotas	(5)	-	-	-	-	-	-	(5)
Reserva de capital	-	-	-	-	-	-	-	0
VRN - reavaliação	-	-	(394)	-	-	-	-	(394)
Realização de reservas/fundos	-	-	-	-	(101)	-	(1.605)	(1.706)
Sobras do exercício	-	-	-	-	-	-	1.478	1.478
Destinação Estatutária:								
Fundo de reserva legal	-	-	-	148	-	-	(148)	-
FATES	-	-	-	-	315	-	(74)	241
Fundo exp. e manut. serv. distrib.	-	-	-	-	-	-	1.605	1.605
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.145	27	5.087	8.784	312	752	4.689	24.052

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Melo
 Presidente
 CPF 344.212.629-00

Valdir Benincá
 Contador
 CRC/SC 023222/O-7

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos milhares de reais)

	Notas	2015	2014
Atividades operacionais			
Sobra líquida do exercício		1.478	1.888
Ajuste ao resultado líquido		619	4.867
Depreciação e amortização		610	4.921
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		9	(54)
Resultado ajustado do exercício		2.097	6.755
Variações no ativo circulante		(1.034)	(462)
Consumidores		(1.189)	(379)
Serviços em curso		72	(91)
Tributos compensáveis		7	31
Amoxarifado operacional		(8)	11
Despesas antecipadas		0	3
Ativos financeiros setoriais		93	(72)
Outros ativos circulantes		(9)	35
Variações no passivo circulante		1.482	470
Fornecedores		(34)	197
Empréstimo, financiamentos		(108)	(28)
Obrigações sociais e trabalhistas		98	(8)
Tributos		34	(198)
Provisões para litígios		(96)	107
Encargos setoriais		(9)	126
Passivos financeiros setoriais		1.297	24
Outros passivos circulantes		300	250
Variações no ativo não circulante		106	(233)
Tributos compensáveis		24	(23)
Outros ativos não circulantes		82	(210)
Variações no passivo não circulante		481	108
Empréstimos e financiamentos		(259)	(367)
Provisão para litígios		0	294
Obrigações vinculadas a permissão		740	181
Total das atividades operacionais		3.132	6.638
Atividades de investimento			
Aumento de investimento		(25)	(54)
Pagamento pela compra de bens para imobilizado		(1.838)	(11.519)
Total das atividades de investimento		(1.863)	(11.573)
Atividades de financiamento			
VNR - reavaliação		(393)	5.481
Utilização das reservas		140	(135)
Aumento de capital pelos sócios		0	0
Capital a integralizar		19	22
Utilização das sobras		0	(60)
Total das atividades de financiamento		(234)	5.308
Total dos efeitos no caixa e equivalente de caixa		1.035	373
Saldo inicial de caixa		782	409
Saldo final de caixa		1.817	782
Variação do caixa e equivalente de caixa		1.035	373

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
 Presidente
 CPF 344.212.629-00

Valdir Benincá
 Contador
 CRC/SC 023222/O-7

NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Cooperativa é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de Permissão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com o contrato de permissão de distribuição, essa Coopercoocal está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis ("Custos da Parcela A"); e (2) uma parcela de custos operacionais ("Custos da Parcela B"). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da permissão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Cooperativa, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (Ajuste Escalar) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as permissões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Cooperativa pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia

comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Cooperccocal solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas permissionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações

emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da Coopercofal. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias apresentadas nas páginas **26 a 58**, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de Permissão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse

na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de Permissão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em **24 de abril de 2014**. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (Permissão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Cooperccocal agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias

e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à Permissão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das permissionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para sobras acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social - nota explicativa nº - não foi feita reavaliação no balanço societário.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

A reavaliação foi registrada em 31 de março de 2014, com base em Laudo de Reavaliação e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de 28 de setembro de 2014.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Cooperccocal é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4. Consumidores e Permissionárias e Permissionárias

Composição das Contas a Receber

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES						Provisão p/ Devedores Duvidosos	VALORES RENEGOCIADOS				TOTAL 2015	TOTAL 2014	
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA			RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão p/ Devedores Duvidosos				
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias		Até 60 dias			Mais de 60 dias
Fornecimento de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
- Residencial	639	-	176	4	4	23	32	3	6	-	4	2	825	622
- Industrial	1396	-	210	1	-	189	189	1	2	-	1	1	1.610	892
- Comercial	347	-	65	1	1	8	9	2	2	-	4	2	419	352
- Rural	154	-	21	-	-	5	5	-	-	-	-	-	175	114
- Poderes Públicos	30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	14
- Iluminação Pública	42	-	-	-	-	55	55	-	-	-	-	-	42	23
- Serviço Público	23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23	17
- Serviço Taxado	1	-	2	-	-	1	1	-	-	-	-	-	3	2
- Fornecimento Não Faturado	650	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	650	497
- (-) Arrecadação Processo Classif.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	43	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43	-
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	3.325	-	474	6	5	281	291	6	10	-	9	5	3.820	2.533
Outros	-	-	-	22	-	-	13	-	-	-	-	-	109	216
TOTAL	3.325	-	474	128	5	281	304	6	10	-	9	5	3.929	2.749

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – Resolução ANEEL nº. 605, de 11/03/2014, item 7.2.8 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;

Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e

Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Os parcelamentos de débitos estão reconhecidos em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

5. Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depre- ciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014	Obriga- ções Especiais Brutas	Amorti- zação Acum.	Obriga- ções Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, barragens e adutoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	30.901	2.791	1.586	115	-	32.221	1.320	(10.118)	22.104	21.219	-	-	-
Terrenos	163	-	-	-	-	163	-	-	163	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	250	-	-	-	-	250	-	(84)	166	175	-	-	-
Máquinas e equipamentos	30.202	2.791	1.573	71	-	31.491	1.289	(9.825)	21.666	20.916	-	-	-
Veículos	275	-	9	30	-	296	21	(195)	101	119	-	-	-
Móveis e utensílios	12	-	4	14	-	22	10	(14)	8	9	-	-	-
Administração	875	17	10	-	-	882	7	(452)	430	460	-	-	-
Terrenos	2	-	-	-	-	2	-	-	2	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	552	-	-	-	-	552	-	(262)	289	308	-	-	-
Máquinas e equipamentos	183	17	10	-	-	190	7	(84)	107	111	-	-	-
Veículos	70	-	-	-	-	70	-	(52)	18	25	-	-	-
Móveis e utensílios	68	-	-	-	-	68	-	(55)	14	16	-	-	-
Comercialização	81	34	-	(115)	-	0	(81)	-	0	81	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	50	21	-	(71)	-	-	(50)	-	(50)	50	-	-	-
Veículos	21	9	-	(30)	-	-	(21)	-	(21)	21	-	-	-
Móveis e utensílios	10	4	-	(14)	-	0	(10)	-	(10)	10	-	-	-
Subtotal	31.858	2.842	1.596	-	-	33.103	1.246	(10.570)	22.533	21.760	-	-	-
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe- rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depre- ciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014	Obriga- ções Especiais Brutas	Amorti- zação Acum.	Obriga- ções Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	739	7.016	6.493	-	-	1.261	522	-	522	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	10	2.771	2.761	-	-	20	10	-	10	-	-	-	-
Outros	728	4.245	3.732	-	-	1.241	513	-	513	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	739	7.016	6.493	-	-	1.261	522	-	522	-	-	-	-
Total do Ativo Imobilizado	32.596	9.858	8.089	-	-	34.365	1.768	(10.570)	23.056	21.760	-	-	-

A composição do intangível é como segue:

Ativo Intangível em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014
Distribuição	59	69	2	8	-	133	74	72	62	2
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	59	69	2	8	-	133	74	72	62	2
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	12	-	-	-	-	12	-	12	-	-
Softwares	12	-	-	-	-	12	-	12	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	6	2	-	(8)	-	-	(6)	-	-	2
Softwares	6	2	-	(8)	-	-	(6)	-	-	2
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	77	71	2	-	-	145	69	84	62	4
Ativo Intangível em Curso - R\$ Mil										
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo Intangível	77	71	2	-	-	145	69	84	62	4

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	30.202	2.862	1.573	-	-	31.491	1.289
Transformador de Distribuição	7.486	432	551	-	-	7.367	(119)
Medidor	1.506	115	88	-	-	1.534	28
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	4.752	681	194	-	-	5.240	488
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	11.140	1.483	694	-	-	11.929	789
Redes Alta Tensão (69 kV)	3.505	-	-	-	-	3.505	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	9	6	-	-	2	2
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	1.813	142	41	-	-	1.914	101
Obrigações Especiais do AIS Bruto	382	637	-	-	-	1.018	637
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D,	382	637	-	-	-	1.018	637
Universalização	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Originadas da Receita	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-

	2015			2014	
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	4,44	32.355	10.190	22.165	21.383
Custo histórico	4,44	32.355	10.190	22.165	21.383
Correção monetária especial		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
Administração	7,10	894	464	430	461
Custo histórico	7,10	894	464	430	461
Correção monetária especial		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
Comercialização		-	-	-	46
Custo histórico		-	-	-	46
Correção monetária especial		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-
Custo histórico		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
		33.249	10.654	22.595	21.891
Em curso					
Geração		-	-	-	-
Transmissão		-	-	-	-
Distribuição		-	-	1.261	739
Administração		-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-
		-	-	1.261	739
		33.249	10.654	23.856	22.630

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Depreciação/ Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adustras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	3	-	14	-	-	3	20
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-
A Ratear	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	1	-	-	-	-	-	1
Material em Depósito	510	-	-	-	-	-	510
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	730	-	-	-	-	-	730
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Total das Adições	1.244	-	14	-	-	3	1.261

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 674/2015 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Distribuição	
Banco de capacitores classe de tensão inferior a 69KV	6,67%
Chave de distribuição classe de tensão inferior a 69KV	6,67%
Condutor do sistema classe de tensão inferior a 69KV	3,57%
Estrutura (poste) do sistema	3,57%
Regulador de tensão classe de tensão inferior a 69KV	4,35%
Transformador de classe de tensão inferior a 69KV	4,00%
Administração central	
Servidor ML 350P - Equipamento geral de informática	16,67%
Servidor ML 350P - Equipamento geral de informática	5,88%
Sistema de cabo de fibra optica - Sistema de comunicação local	6,67%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a

desvinculação de bens das Permissões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à Permissão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na Permissão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Controladora	
Descrição do bem	em R\$ mil
1. Rede subterrânea de distribuição	494
2. Transferencia de ligação - Construir ramal de entrada MT	463
3. Reconstruir alimentadores	316
4. Software P&D 2012/2015	69
5. Construção Loteamento Lucia Giassi III	62
6. Instalar religador	34
7. Instalar postes e estender rede de MT	31
8. Dselocar rede - Implantar postes e lançar condutores	30
9. Implantar postes - Estender rede de MT - Instalar transformador	28
10. Substituir Regulador	28

As dez principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Controladora	
Descrição do bem	em R\$ mil
1. Reconstruir alimentadores	324
2. Rede de distribuição de AT. BT.	109
3. Retirar regulador BETEC para manutenção	107
4. Substituir regulador com defeito	103
5. Transferência de ligação - construir ramal de entrada de MT	92
6. Substituir regulador de tensão	90
7. Linhas e redes de distribuição Aerea urbana	81
8. Substituir postes e deslocar transformador	40
9. Linhas e redes de distribuição Aerea urbana	35
10. Linhas e redes de distribuição Aerea urbana	35

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

Demais ativos e passivos financeiros setoriais

Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de Permissão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2014	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2015	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	159	673	766	-	-	66	451	385	66	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	159	673	766	-	-	66	451	385	66	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	159	673	766	-	-	66	451	385	66	-

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2014	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2015	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	24	1.329	37	5	-	1.321	95	50	1.321	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	24	153	37	5	-	145	95	50	145	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Devoluções Tarifárias	-	662	-	-	-	662	-	-	662	-
Outros	-	514	-	-	-	514	-	-	514	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	24	1.329	37	5	-	1.321	95	50	1.321	-

7. Empréstimos e Financiamentos

Abertura do Endividamento – R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal e Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Reapetição	Tipo de Garantia	Indicador ou Juros	Spread % s.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo								
																2014	2015	2016	2017	2018	2019+	Total		
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	Selecionar		Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-	-	-	-	
Linha 01 (reformer instituição ou linha)	-	-	-	-												-	-	-	-	-	-	-	-	-
Linha 02	-	-	-	-												-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	11	251	-	262	Selecionar		Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar	275	258	-	-	-	-	-	-	533
Linha 01 (Banco do Brasil SA)	11	251	-	262	viii	24/01/2008	Diária	FIXP	0,247% s.a.	01/01/2016	Mensal	01/01/2016	01/01/2016	Mensal	xxi	275	258	-	-	-	-	-	-	533
Linha 02	-	-	-	-												-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividas Tributárias (Refis, Paes,...)	-	-	-	-												-	-	-	-	-	-	-	-	-
União	-	-	-	-	Selecionar		Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-	-	-	-	-
União 01	-	-	-	-												-	-	-	-	-	-	-	-	-
União 02	-	-	-	-												-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estado	-	-	-	-	Selecionar		Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estado 01	-	-	-	-												-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estado 02	-	-	-	-												-	-	-	-	-	-	-	-	-
Município	-	-	-	-												-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividas com Fundo de Pensão	-	-	-	-	Selecionar		Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão 01	-	-	-	-												-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão 02	-	-	-	-												-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividas com Agentes do Setor	-	-	-	-	Selecionar		Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Renegociação 01 (credor ou encargo?)	-	-	-	-												-	-	-	-	-	-	-	-	-
Renegociação 02	-	-	-	-												-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos	-	-	-	-	Selecionar		Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 01	-	-	-	-												-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 02	-	-	-	-												-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	Selecionar		Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros 01	-	-	-	-												-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros 02	-	-	-	-												-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total por Divida	-	-	-	-												-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-												-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	11	251	-	262												275	258	-	-	-	-	-	-	533
Tributária	-	-	-	-												-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-												-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intra-setoriais	-	-	-	-												-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos (Empresas Relacionadas)	-	-	-	-												-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-												-	-	-	-	-	-	-	-	-

Abertura dos Ativos Financeiros – R\$ Mil

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Indexado ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização					
															2T-4T2014	2015	2016	2017	2018	2019+
9	Ativos Financeiros	66	1.751	-	1.817															
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	66	1.751	-	1.817	Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar						
9.11	Saldo Final de Caixa - Conta 111	-	182	-	182	sim														
9.12	Aplic. Financ. CDB	17	642	-	659	sim	CDB DI		Diária	Diária						52	-	-	-	152
9.13	Aplic. Financ. Fundos DI	49	777	-	826	sim	CDI		Diária	Diária						256	-	-	-	256
9.14	Aplic. Financ. Outros Fundos de	-	150	-	150	sim	CDI		Diária	Diária						-	-	-	-	-
9.15	Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 01	-	-	-	-											-	-	-	-	-
9.16	Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 02	-	-	-	-											-	-	-	-	-
9.2	Mútuos Ativos	-	-	-	-	Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar						
9.2.1	Mútuos 01	-	-	-	-											-	-	-	-	-
9.2.2	Mútuos 02	-	-	-	-											-	-	-	-	-

Abertura dos Instrumentos Derivativos – R\$ Mil

A permissionária não possui Instrumentos Derivativos no exercício.

Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2015	Total 2014
Dívida Bruta	11	251	-	262	629
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	11	251	-	262	629
Tributária	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-
Intrasetoriais	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-
Intrasetoriais Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Tributária Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Derivativos a Pagar	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros	1.817	-	-	1.817	782
Alta Liquidez	182	-	-	182	373
Demais Aplicações Financeiras	1.635	-	-	1.635	409
Derivativos a Receber	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Dívida Líquida	-	-	-	-	-

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias são demonstrados como segue:

A permissionária não apurou Imposto de Renda e Contribuição Social no exercício, pois esta inclusa no regime tributário de apuração do lucro real, não tributou operações com associados, isentos na forma determinada pela Lei nº 5.764/91.

9. Provisões para Litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2014	80	37	1.605	-	-	-	1.722
Constituição	-	13	-	-	-	-	13
Baixas/reversão	80	29	-	-	-	-	109
Atualização	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2015	-	21	1.605	-	-	-	1.626

10. Obrigações vinculadas à Permissão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à Permissão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço	-	1.018	-	-	1.018
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	3,99	4	-	-	8
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	3,99	946	-	-	950
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	3,99	68	-	-	72
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	62	-	-	-	62
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	60	-	-	-	60
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	2	-	-	-	2
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Total	62	1.018	-	-	956

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014
Em serviço	382	636	-	-	-	1.018	636	-	1.018	381
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	4	1	-	-	-	5	1	-	5	3
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	378	567	-	-	-	945	567	-	945	378
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	68	-	-	-	68	68	-	68	-
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	34	28	-	-	-	62	28	-	62	34
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	34	26	-	-	-	60	26	-	60	34
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	2	-	-	-	2	2	-	2	-
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014
Em curso	475	767	635	-	-	607	132	-	607	476
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	27	615	567	-	-	75	48	-	75	27
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	68	68	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	448	84	-	-	-	532	84	-	532	448
Ultrapassagem de demanda	210	36	-	-	-	246	36	-	246	210
Excedente de reativos	238	48	-	-	-	286	48	-	286	238
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	823	1.375	635	-	-	1.563	796	-	1.563	823

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

Controladora	
Descrição do bem	em R\$ mil
1. Transformador trifásico 45 KVA 13,8KV	3
2. Rede subterrânea de distribuição - residencial San Simone	494
3. Construção do loteamento Lucia Giassi III	54
4. Estender rede de baixa tensão - loteamento Fiorenza da Jori	9
5. Transformador trifásico 112,5 KVA	8
6. Software P&D	68
7.	-
8.	-
9.	-
10.	-

As principais baixas (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

A permissionária não teve baixas de obrigações especiais no exercício.

11. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2015 e de R\$ 3.144 mil, sendo constituído de quotas-partes conforme artigo 18º do estatuto social.

“Art. 18. O capital social da Coopercojal é representado por quotas - partes no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, não tendo limite quanto ao máximo, variando conforme o número de cotas subscritas, porém nunca inferior a R\$ 1.000,00 (um mil reais).”

	2015	2014
Capital subscrito	3.156	3.136
(-) Capital a integralizar	(11)	(10)
	3.145	3.126

Reservas de Capital

Reservas de Capital	2015	2014
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	-	-
Doações e subvenções para investimentos	-	-
Conta de resultados a compensar (CRC)	-	-
Outras	27	27
	27	27

Outros resultados abrangentes

Outros Resultados Abrangentes	2015	2014
Reavaliação regulatória	5.088	5.481
	5.088	5.481

Reservas de sobras

Reservas de Sobras	2015	2014
Reserva legal	8.784	8.636
Lucros a realizar	-	-
Reserva para investimentos	4.689	3.084
Fundo de assistência técnica educacional e social	312	98
Fundo de apoio a iluminação pública	752	752
	14.537	12.570

Sobras

Sobras	2015	2014
Sobras a disposição da AGO	1.256	1.605
	1.256	1.605

A reserva legal é constituída com base em 10% da sobra líquida do exercício pela legislação societária.

Ajustes de exercícios anteriores

A permissionária não apresentou em suas demonstrações ajustes de exercícios anteriores.

12. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Fornecimento - Faturado	10.045	9.858	68.095	57.277	24.828	18.417
Residencial	7.434	7.247	17.811	17.816	6.664	6.225
Industrial	342	392	32.258	22.074	12.341	7.134
Comercial	803	771	7.681	7.453	3.159	2.752
Rural	1.316	1.308	5.252	5.268	1.290	1.098
Poder público	129	120	701	684	283	247
Poder público Iluminação pública Serviço público					0	0
Iluminação pública	8	6	3.645	3.338	864	780
Serviço público	13	14	747	644	227	181
Suprimento Faturado					-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado					42	-
Consumidores Cativos	10.044	9.858			-	-
Consumidores Livres	1	-			42	-
Encargos de conexão de agentes de geração					-	-
Permissionárias					-	-
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado					-	-
(-) Transferências					(84)	(196)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda					(36)	(90)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos					(48)	(106)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias					-	-
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado					154	50
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva					-	-
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução					-	-
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Financeiros					(121)	(24)
Setoriais					-	-
Serviços Cobráveis					12	10
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					667	656
Total					25.498	18.913

13. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica– CCEE

Nos exercícios de 2015 e 2014, a Coopercocal não efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

14. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	2015	2014
Pessoal	4.428	3.939
Remuneração	2.590	2.263
Encargos	925	973
Previdência privada - Corrente	-	-
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	71	96
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
Outros benefícios - Corrente	410	232
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	432	375
Administradores	319	269
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	312	266
Benefícios dos administradores	7	3
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	4.747	4.208

15. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A permissionária não apurou Imposto de Renda e Contribuição Social no exercício, pois esta inclusa no regime tributário de apuração do lucro real, não tributou operações com associados, isentos na forma determinada pela Lei nº 5.764/91.

16. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A permissionária não atua nos negócios de geração, transmissão e comercialização.

Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações por Unidades de Negócio:

A permissionária possui somente uma Unidade de Negócio.

Receita da unidade	G	T	D	ANV	Total
Geração - G	-	-	-	-	-
Transmissão - T	-	-	-	-	-
Distribuição - D	-	-	25.498	-	25.498
Atividades não vinculadas - ANV	-	-	-	-	-
	-	-	25.498	-	25.498

Conciliação das demonstrações de resultado

	Unidade de negócio	Outorgada	Diferença
Receita	25.498	25.498	-
Deduções da receita	8.450	8.450	-
Receita líquida	17.048	17.048	-
Gastos	15.786	15.786	-
Resultado do serviço	1.263	1.263	-
Lucro antes da tributação e participações	1.478	1.478	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.478	1.478	-

17. Revisão e Reajuste Tarifário

17.1. Revisão Tarifária Periódica

A ANEEL submeteu à Audiência Pública nº 19/2011. as metodologias e os critérios gerais para o primeiro ciclo de revisões tarifárias periódicas das permissionárias de serviço público de distribuição de energia.

Após análise das contribuições recebidas, a ANEEL aprimorou as propostas metodológicas e as submeteu à primeira etapa de Audiência Pública, de modo a proporcionar aos interessados a oportunidade de oferecer contribuições adicionais para a metodologia e critérios a serem adotados.

Por fim, a Resolução Normativa nº 537, de 15 de março de 2013, alterada pela Resolução Normativa nº 555 de 27, de junho de 2013, aprovou o Módulo 8.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, o qual definiu a metodologia e os procedimentos gerais para realização do primeiro Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas das Permissionárias de Distribuição de Energia Elétrica - CRTP.

As tarifas, homologadas produziram efeitos retroativos a partir de 28 de setembro de 2014 até 27 de setembro de 2015. Em setembro de 2014, a ANEEL homologou a revisão tarifária da Cooperccocal através da Resolução Homologatória nº 1.795./2014.

Com base no laudo de avaliação da base de remuneração regulatória a ser encaminhado para análise da ANEEL e nos demais componentes da tarifa atualizados de acordo com a metodologia dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, essa permissionária estima que as tarifas de fornecimento serão aumentadas quando definidas pela ANEEL .

Essa situação somente poderá ser analisada após a opção de aplicação da metodologia do 2º ciclo para as tarifas da Cooperativa. Adicionalmente, por meio da Audiência Pública nº 062/2015, foram discutidas alterações na Estrutura Tarifária das permissionárias, a serem aplicadas em grande parte na próxima revisão tarifária. Essas alterações foram consolidadas na alteração dos submódulos 8.1,

8.2, 8.3 e acrescentou o submódulo 8.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aprovado pela Resolução Normativa nº 704, de 28 de março de 2016.

17.2. Reajuste Tarifário Anual

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de permissão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IPCA, ajustado pela aplicação do Fator X, conforme mencionado no parágrafo anterior.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 1963, de 22 de setembro de 2015, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Cooperccocal cujo reajuste médio foi de 27,50%, correspondendo a um efeito médio de 26,65% percebido pelos consumidores.

17.3. Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das permissionárias vinculados à permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- a) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- b) As inclusões entre as datas-base do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;
- c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da

base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-base do segundo e terceiro ciclos de revisão tarifária – base incremental (item b);

d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e

e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IPCA, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõe a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	31.413
(2) Índice de Aproveitamento Integral	0
(3) Obrigações Especiais Bruta	0
(4) Bens Totalmente Depreciados	769
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	30.645
(6) Depreciação Acumulada	9.266
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	0
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	0
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	0
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	22.147
(10) Almojarifado em Operação	94
(11) Ativo Diferido	0
(12) Obrigações Especiais Líquida	0
Descrição	Valores
(13) Terrenos e Servidões	0
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	22.241
(15) Saldo RGR PLPT	0
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	0
(17) Taxa de Depreciação	4%
(18) Quota de Reintegração Regulatória	1.226
(19) WACC real antes de impostos	3,77%
(20) Taxa RGR PLPT	0
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	0
(22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)	839

17.4. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI.

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	1.475
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	369
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	369
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	738
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	20
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	60
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	153
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	233

17.5. Ajuste da Parcela B em Função de Investimentos Realizados

A metodologia aplicada as permissionárias não prevê ajuste da parcela B em função dos investimentos realizados.

17.6. Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 10.3 do PRORET, que trata da revisão tarifária das permissionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária da Coopercojal é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita	Receita	Revisão	Var	Impacto	Part.
	Último				na	
	IRT	Verificada	(R\$)	Projetado	Tarifária	Receita
	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(%)	(%)	(%)
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	10.899	-	-	-	-	52,49
1.1. Encargos Setoriais	4.063	-	-	-	-	19,57
RGR	-	-	-	-	-	-
CCC	-	-	-	-	-	-
TFSEE	44	-	-	-	-	0,21
CDE	3.442	-	-	-	-	16,58
PROINFA	405	-	-	-	-	1,95
P&D (Eficiência Energética)	172	-	-	-	-	0,83
NOS	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
1.2. Transmissão	2.187	-	-	-	-	10,53
Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Rede Básica Fronteira Itaipu	-	-	-	-	-	-
Conexão CUSD	2.187	-	-	-	-	10,53
Outros	-	-	-	-	-	-
1.3. Compra de Energia	4.648	-	-	-	-	22,39
CCEAR Existente	-	-	-	-	-	-
CCCEAR Nova	-	-	-	-	-	-
Contratos Bilaterais	4.648	-	-	-	-	22,39
Itaipu	-	-	-	-	-	-
2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	-	-	-	-	-	-
2.1. Custos Operacionais + Anuidades	-	-	-	-	-	-
2.2. Remuneração	-	-	-	-	-	-
2.3. Depreciação	-	-	-	-	-	-
2.4. Receitas Irrecuperáveis	-	-	-	-	-	-
2.5. Outras Receitas	-	-	-	-	-	-
3. Reposicionamento Econômico	27,06%	-	-	-	-	-
4. Componentes Financeiros	0,44%	-	-	-	-	-
5. Reposicionamento com Financeiros	27,50%	-	-	-	-	-
6. Financeiros Retirados do IRT anterior	-	-	-	-	-	-
7. Efeito para Consumidor	26,65%	-	-	-	-	-

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Coopercojal seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Coopercojal seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

	2015			2014			
	Nota	Regulatório	Ajustes Societário	Regulatório	Ajustes Societário		
Ativos							
Ativo circulante		6.203	-	6.203	4.143	-	4.143
Caixa e equivalentes de caixa		1.817	-	1.817	782	-	782
Consumidores	14.1	3.929	-	3.929	2.749	-	2.749
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		47	-	47	119	-	119
Tributos compensáveis		46	-	46	53	-	53
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-	-
Almoxarifado operacional		166	-	166	158	-	158
Investimentos temporários		-	-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.2	66	-	66	159	-	159
Despesas pagas antecipadamente		6	-	6	6	-	6
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação	14.3	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		126	-	126	117	-	117
Ativo não circulante		25.168	4.739	20.429	24.021	5.481	18.540
Consumidores		-	-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		52	-	52	76	-	76
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-	-
Investimentos temporários		-	-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.1	-	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes		129	(653)	782	211	(443)	654
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		1.130	-	1.130	1.105	-	1.105
Imobilizado	14.4	23.794	23.794	-	22.626	22.626	-
Intangível	14.5	63	(18.402)	18.465	3	(16.702)	16.705
Total do ativo		31.371	4.739	26.632	28.164	5.481	22.683

	2015			2014			
	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Passivo circulante		4.150	-	4.150	2.668	24	2.644
Fornecedores		731	-	731	765	-	765
Empréstimos, financiamentos e debêntures		262	-	262	370	-	370
Obrigações sociais e trabalhistas		653	-	653	555	-	555
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-
Tributos		221	-	221	187	-	187
Provisão para litígios		21	-	21	117	-	117
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-
Encargos setoriais		326	-	326	335	-	335
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	1.321	-	1.321	24	24	-
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes		615	-	615	315	-	315
Passivo não circulante		3.168	-	3.168	2.687	-	2.687
Fornecedores		-	-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	-	259	-	259
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-
Tributos		-	-	-	-	-	-
Provisão para litígios		1.605	-	1.605	1.605	-	1.605
Encargos setoriais		-	-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	-	-	-	-	-	-
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes		-	-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		1.563	-	1.563	823	-	823
Total do passivo		7.318	-	7.318	5.355	24	5.331
Patrimônio líquido		24.053	4.739	19.314	22.809	5.457	17.352
Capital social		3.145	-	3.145	3.126	-	3.126
Reservas de capital		27	-	27	27	-	27
Outros resultados abrangentes		5.088	5.088	-	5.481	5.481	-
Reservas de lucros		-	-	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital		-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados		-	-	-	-	-	-
(-) Ações Próprias em Tesouraria		-	-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-
Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-	-
Reserva de sobras		14.537	(72)	14.609	12.570	(4)	12.574
Sobras à disposição da Assembleia		1.256	(277)	1.533	1.605	(20)	1.625
Perdas não cobertas pelos cooperados		-	-	-	-	-	-
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	14.5	24.053	4.739	19.314	22.809	5.457	17.352
Total do passivo e do patrimônio líquido		31.371	4.739	26.632	28.164	5.481	22.683

	2015			2014			
	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade							
Receita / Ingresso		25.498	(3.114)	28.612	18.913	(2.509)	21.422
Fornecimento de energia elétrica		24.776	24	24.752	18.247	(24)	18.271
(-) Transferências		-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo		-	-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		43	-	43	-	-	-
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		-	-	-	-	-	-
Serviços cobráveis		12	-	12	10	-	10
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		667	-	667	656	-	656
Outras receitas vinculadas		-	(3.138)	3.138	-	(2.485)	2.485
Tributos		5.598	-	5.598	3.984	-	3.984
ICMS		5.598	-	5.598	3.984	-	3.984
PIS-PASEP		-	-	-	-	-	-
Cofins		-	-	-	-	-	-
ISS		-	-	-	-	-	-
Encargos - Parcela "A"		2.852	-	2.852	360	-	360
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		93	-	93	70	-	70
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		1.063	-	1.063	185	-	185
Programa de Eficiência Energética - PEE		93	-	93	70	-	70
Taxa de fiscalização Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		40	-	40	35	-	35
Outros encargos		1.563	-	1.563	-	-	-
Receita líquida / Ingresso líquido		17.048	(3.114)	20.162	14.569	(2.509)	17.078
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		7.494	-	7.494	5.145	-	5.145
Energia elétrica comprada para revenda		4.249	-	4.249	2.651	-	2.651
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa		379	-	379	334	-	334
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		2.866	-	2.866	2.160	-	2.160
Encargos e Demais Despesas Setoriais		-	-	-	-	-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica		-	-	-	-	-	-
Combustíveis		-	-	-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis		9.554	(3.114)	12.668	9.424	(2.509)	11.933
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		8.238	(2.468)	10.706	7.699	(2.223)	9.922
Pessoal e administradores (inclui XX de remuneração a administradores)		4.747	-	4.747	4.208	-	4.208
Entidade de previdência privada		-	-	-	-	-	-
Material		980	-	980	1.231	-	1.231
Serviços de terceiros		889	-	889	885	-	885
Arrendamento e aluguéis		-	-	-	-	-	-
Seguros		24	-	24	21	-	21
Doações, contribuições e subvenções		-	-	-	-	-	-
Provisões		(27)	(30)	3	252	-	252
Recuperação de despesas		(49)	(49)	-	(57)	(57)	-
Tributos		76	-	76	23	-	23
Depreciação e amortização		1.257	349	908	823	-	823
Gastos diversos da atividade vinculada		341	(2.738)	3.079	313	(2.166)	2.479
Outras Receitas Operacionais		(321)	(321)	-	(263)	(263)	-
Outras Gastos Operacionais		374	-	374	239	-	239
Resultado da Atividade		1.263	(325)	1.588	1.749	(23)	1.772
Equivalência patrimonial							
Resultado Financeiro		215	-	215	139	(1)	140
Despesas financeiras		(73)	-	(73)	(141)	(1)	(140)
Receitas financeiras		288	-	288	280	-	280
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		1.478	(325)	1.803	1.888	(24)	1.912
Despesa com impostos sobre os lucros		-	-	-	-	-	-
Resultado líquido das operações em continuidade		1.478	(325)	1.803	1.888	(24)	1.912
Operações descontinuadas							
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas		-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício		1.478	(325)	1.803	1.888	(24)	1.912
Atribuível aos:							
Acionistas controladores	14.6						
Acionistas não controladores							
Lucro por ação							
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias							
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias							
Lucro por ação originado das operações em continuidade							
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias							
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias							

18.1. Consumidores

Não houve ajustes para o grupo – nota 14.1

18.2. Ativos e passivos financeiros setoriais

Não houve ajustes para o grupo – nota 14.2

18.3. Ativos financeiros da permissão

Os ajustes são decorrentes da contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito de receber indenização. Estes lançamentos foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Na contabilidade regulatória esse valor faz parte do ativo imobilizado.

18.4. Imobilizado**18.4.1 Reavaliação compulsória**

Os ajustes são resultantes de aplicação do VNR (Valor Novo de Reposição) advindos do laudo de avaliação do 1º CRT que não é aceito na contabilidade societária - nota 14.4

18.4.2 Depreciação

Os ajustes são resultantes de aplicação do VNR (Valor Novo de Reposição) advindos do laudo de avaliação do 1º CRT que não é aceito na contabilidade societária.

18.5. Intangível**18.5.1. Reavaliação compulsória**

Não houve ajuste no grupo do intangível sendo os valores idênticos a contabilidade societária e regulatória – nota 14.5

18.5.2. Depreciação

Não houve ajuste no grupo do intangível sendo os valores idênticos a contabilidade societária e regulatória.

18.6. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica**18.6.1. Reavaliação compulsória**

Não houve ajustes visto que a permissionária não possui obrigações vinculadas a permissão em serviço.

18.6.2. Amortização

Não houve ajustes visto que a permissionária não possui obrigações vinculadas a permissão em serviço.

18.7. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)**18.7.1. Ativo financeiro**

Não houve efeitos de contabilização de contratos de permissão (ICPC 01).

18.7.2. Ativo intangível

Não houve efeitos de contabilização de contratos de permissão (ICPC 01).

18.7.3. Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do ICPC 01 e OCPC 05, que por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado a permissão, deve ser reconhecido conforme aplicação do IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO e CUSTO DE CONSTRUÇÃO do ativo intangível da permissão.

18.7.4. Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Não foi aplicado nos anos de 2014 e 2015 qualquer remuneração aos ativos

financeiros.

18.7.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Não houve registro de ajuste a impostos e contribuições diferidos, visto que a permissionária opera com associados que tem o privilégio fiscal da isenção.

18.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2015	2014
Saldos no início do exercício	19.314	17.351
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	4.739	5.458
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	5.088	5.481
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	-	-
Diferença reserva de sobras	(72)	(3)
Diferença sobras a disposição AGO	(277)	(20)
....	-	-
....	-	-
....	-	-
....	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Saldos no fim do exercício	24.053	22.809

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva de Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, e, sendo revertida contra as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço.

Com relação ao destaque da Depreciação da reavaliação Regulatória Compulsória, bem como os efeitos IFRS em outras reservas de capitais, referem-se a reversão da realização da reserva regulatória compulsória ocorrida na Contabilidade Regulatória, revertida conforme regras da Contabilidade Internacional, e, conforme orientação dos auditores, representada como diferenças IFRS em outras Reservas de capital.

18.9. Conciliação das sobras líquidas societário e regulatório

	2015	2014
Sobras (perdas) líquido conforme contabilidade societária	1.803	1.912
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(325)	(24)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	-	-
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória	(349)	-
Diferença de receita neutralidade	24	(24)
Diferença de variações monetária	-	-
....	-	-
...	-	-
.....	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	1.478	1.888

Depreciação – Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, realizadas no exercício de 2015, cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

19. Formação Básica das Notas Explicativas

As notas explicativas da administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis foram redigidas obedecendo rigorosamente a Legislação pertinente e teve autorização para sua divulgação em 25/04/2016 pelo Conselho de Administração, não podendo os senhores sócios proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil as Políticas Contábeis específica para o setor elétrico e estão todas apresentadas em (R\$/mil).

Balço social 2015

Responsabilidade social não é gesto episódico de filantropia motivado por considerações de marketing ou relações públicas. É garantir que os serviços da cooperativa sejam seguros e confiáveis gerando riquezas e empregos culminando com o recolhimento de impostos incidentes na condução normal dos negócios.

Para a cooperativa, é comprometer-se com um conjunto de políticas, programas e práticas que não apenas atendam, mas ultrapassem as exigências éticas e legais no que toca à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade onde opera e da sociedade como um todo.

É uma atitude proativa de estender a mão aos mais carentes, ajudando a reduzir as profundas diferenças sociais. É ter solidariedade como um valor que permeia e baliza toda a atuação da cooperativa, sem prejuízo de suas metas empresariais e comerciais.

A seguir, tendo participado do equacionamento das questões sociais mais graves nos municípios em que atua a cooperativa, relacionadas especificamente com o setor de energia elétrica, mantemos o objetivo de ampliar nossa atuação de caráter comunitário, a fim de auxiliar a resolver outros problemas que afetam nosso quadro social.

Estendendo a todos os benefícios da eletricidade

A continuidade da universalização do atendimento ao benefício de distribuição de energia elétrica a nossos associados consumidores caracteriza no as marca de importante atuação social.

Preservando e restaurando o meio ambiente

Rede compacta ou linha verde

É o sistema de rede de distribuição protegido desenvolvido para substituir a rede convencional, onde a arborização é muito rica. O sistema é composto por cabos de alumínio recobertos por uma camada plástica.

Com a compactação da rede, a necessidade e a frequência de poda de árvores em torno dos condutores são substancialmente reduzidas. A cooperativa continua ampliando sua extensão de rede compacta totalizando 29,70 km em 2015.

Filantropia e trabalho voluntário

Acordo com instituições filantrópicas

A cooperativa celebrou acordo com instituições filantrópicas para arrecadar doações de consumidores via fatura de energia. A cobrança é incluída na fatura mediante autorização expressa do consumidor sem ônus as entidades beneficiadas.

A manutenção do uso de nosso sistema de faturamento para facilitar e estimular as doações de recursos á instituições filantrópica caracteriza uma expressiva de um nobre trabalho de caráter social.

Doações do FATES

Em 2015 foram doados R\$ 101 mil, sendo R\$ 25 mil para o Hospital Nossa Senhora da Conceição de Urussanga e R\$ 10 mil para a APAE de Cocal do Sul, e o restante para outras instituições.

Comissão interna de prevenção de acidentes – CIPA

A comissão interna de prevenção de acidentes (CIPA) é uma comissão constituída por representantes indicados pelo empregador e membros eleitos pelos trabalhadores, de forma paritária na empresa, que tem a finalidade de prevenir

acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador.

O objetivo da CIPA é observar e relatar as condições de risco nos ambientes de trabalho e solicitar medidas para reduzir até eliminar os riscos existentes e/ou neutralizar os mesmos. Sua missão é a preservação da saúde e integridade física dos trabalhadores.

Seu papel mais importante é o de estabelecer uma relação de diálogo e conscientização, de forma criativa e participativa, entre gerentes e empregados, em relação à forma como os trabalhos são realizados, objetivando sempre melhorar as condições de trabalho, visando à humanização do trabalho e procurando atualizar-se com o que de mais moderno em questão de segurança.

Semana interna de prevenção de acidentes de trabalho – SIPAT

A COOPERCOCAL realiza uma vez por ano no mês de novembro, a Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (SIPAT).

Esta semana é dedicada a aprender mais sobre segurança no trabalho e qualidade de vida, onde foram realizadas palestras de diversos temas, como saúde, primeiros socorros e motivacionais.

COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

	2015			2014		
	R\$	% Sobre		R\$	% Sobre	
1. Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)	20.162			17.078		
Resultado Operacional (RO)	1.588			1.772		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	3.476			3.150		
2. Indicadores sociais internos	R\$	FPB	RL	R\$	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	231	6,65	1,15	155	4,44	0,91
Encargos sociais compulsórios	1.113	32,02	5,52	1.034	29,64	6,05
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	118	3,39	0,59	91	2,69	0,55
Educação - Bolsa de estudo	17	0,49	0,08	21	0,60	0,12
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	21	0,60	0,10	16	0,46	0,09
Capacitação e desenvolvimento profissional	27	0,78	0,13	10	0,29	0,06
Seguro de vida	19	0,55	0,09	17	0,49	0,10
Roupas/equip. de segurança pessoal e transporte	50	1,44	0,25	59	1,69	0,35
Total	1.596	45,92	7,91	1.403	40,30	8,23
3. Indicadores sociais externos	R\$	RO	RL	R\$	RO	RL
Doações e contribuições	139	8,75	0,69	135	7,62	0,79
Total de contribuições para a sociedade - ICMS	5.598	352,52	27,77	3.984	224,83	23,33
Tributos (excluídos encargos sociais)	92	5,79	0,46	37	1,30	0,13
Total	5.829	367,06	28,92	4.156	233,75	24,25
4. Indicadores ambientais	R\$	RO	RL	R\$	RO	RL
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa combate ao desperdício de energia elétrica	15	0,94	0,07	60	3,39	0,35
Programa pesquisa e desenvolvimento	9	0,57	0,04	31	1,75	0,18
Programa especiais/projetos externos						
Sistema de gestão ambiental - SGA	-	-	-	-	-	-
Distribuição e plantio de mudas de árvores	-	-	-	-	-	-
Total	24	1,51	0,11	91	5,14	0,53
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	() não possui metas	() não possui metas		() não possui metas	() não possui metas	
	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 0 a 50%		() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 0 a 50%	
	() cumpre de 51 a 75%	() cumpre de 51 a 75%		() cumpre de 51 a 75%	() cumpre de 51 a 75%	
	(x) cumpre de 76 a 100%	(x) cumpre de 76 a 100%		(x) cumpre de 76 a 100%	(x) cumpre de 76 a 100%	
Rede compacta ou linha verde						
Rede compacta ou linha verde	590	37,15	2,93	46	2,60	0,27
Total	590	37,15	2,93	46	2,60	0,27

	2015	2014
	unidades	unidades
5. Indicadores do corpo funcional		
Empregados no final do período	59	57
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	12	9
2º grau	37	35
1º grau	10	13
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	20	21
De 30 até 45 anos (exclusive)	25	21
Acima de 45 anos	14	15
Admissões durante o período	7	7
Mulheres que trabalham na empresa	8	7
Negros que trabalham na empresa	-	-
Portadores de deficiência física	1	1
Dependentes	33	26
Estagiários	2	1
6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa (R\$ mil)	8	7
Acidentes de trabalho	-	-
Nos processos de gestão da empresa os órgãos de decisão em 2015 e 2014 foram:	Assembleia geral ordinária	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:	Conselho de administração	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:	CIPA	
A previdência privada contempla:	Não existem planos	
A participação nos lucros ou resultados contempla:	Não contempla	
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	Sim	
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	Participa	

Altair Lorival de Mélo
 Presidente
 CPF 344.212.629-00

Valdir Benincá
 Contador
 CRC/SC 023222/O-7

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2015

Senhores associados

A Cooperativa Energética Cocal - COOPERCOCAL submete à apreciação dos associados e públicos indistintos o Relatório Anual do Conselho de Administração, em conjunto com as Demonstrações Financeiras e pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, conforme disposições legais e estatutárias.

Mensagem da Administração

A COOPERCOCAL implantou um conjunto de práticas de relacionamento comercial com seus associados alicerçado, principalmente, na qualidade de seu serviço de serviço de distribuição de energia elétrica, atendimento, na preservação da credibilidade junto aos associados, sociedade na força de sua marca e em sua participação efetiva no desenvolvimento socioeconômico em toda sua área de atuação.

Mantemos investimento contínuo na melhoria dos meios de comunicação.

A COOPERCOCAL busca novas formas de relacionamento para oferecer opções mais cômodas e ágeis de contato do associado com a cooperativa.

A política de gestão dos recursos humanos foi adotada de forma definitiva, resultando em uma melhor prática de remuneração de nossos empregados o que mostra nosso balanço social.

No exercício de 2015, participamos de vários eventos na INFRACOOOP (Confederação Nacional das Cooperativas de infraestrutura) e ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, com objetivo de se inteirar das ações e mudanças obrigatórias para as cooperativas de infraestrutura agentes do setor elétrico brasileiro.

O investimento em capacitação e treinamento de pessoal, com vistas às novas exigências regulatórias, está sendo uma meta prioritária ao nosso objetivo de capacitar para minimizar ao máximo novas contratações.

Afirmamos que todos os resultados alcançados, no ano de 2015, são resultantes de trabalho árduo e de muita dedicação.

Em 2016 continuaremos a cumprir nossa missão, trabalhando de forma planejada, oferecendo energia elétrica de qualidade com continuidade, de forma a atender as necessidades de nossos associados e consumidores.

Planejamos viabilizar a integração de nosso sistema de distribuição em um único ponto de suprimento, minimizando custos e melhorando a qualidade do fornecimento.

Altair Lorival de Mélo
Presidente

Antonio Costa
Vice-presidente

Nadia Guollo Bortolatto
Secretária

Karla Scarpato Possamai Della
2º Secretária

Marcelo Dallo
Membro do conselho

Jorge Savi Possamai
Membro do conselho

Valdnei da Silva
Membro do conselho

Manoel João da Silva
Membro do conselho

Vicervanio Bez Fonta
Membro do conselho

ATA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CNPJ/MF: 86.532.348/0001-45

NIRE: 424.0000057.6

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL – COOPERCOCAL. Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de janeiro de 2016 (dois mil e dezesseis), na sede administrativa Raulino Furlan, da Cooperativa Energética Cocal – Coopercocal, sito a Av. Dr. Polydoro Santiago, nº 555, centro, município de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina, às 18 (dezoito) horas, reuniram-se senhores membros desse Conselho: Altair Lorival de Melo, Antonio Costa, Nádia Guollo Bortolato, Karla Scarpato Possamai Della, Valnei da Silva, Marcelo Dalló, Jorge Savi Possamai, Manoel João da Silva e Vicervanio Bez Fontana, para que juntos apreciem, discutem e votem nas deliberações a serem tomadas. Iniciando a reunião, o conselho de administração analisou e aprovou o lançamento do Edital de Convocação da Assembléia Geral Conjunta Extraordinária e Ordinária a realizar-se no dia 18 (dezoito) de março de 2016 (dois mil e dezesseis), nas dependências da sede recreativa e esportiva da Coopercocal, sita na Estrada Geral, s/n, Km 1,4, localidade de Linha tigre, município de Cocal do Sul, por não haver acomodações suficientes na sede social, as 17h em primeira convocação com a presença de 2/3 de seus associados as 18h em segunda convocação com a presença de metade mais hum de seus associados ou as 19h em terceira e última convocação com a presença de no mínimo 10 (dez) associados para deliberarem as seguintes ORDENS DO DIA: ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, Item único – Reforma estatutária com a seguinte proposta: Art.5º §3º inclusão letra f) Gerar energia na modalidade geração distribuída obedecendo às disposições legais; Art. 34º inclusão de suplentes e nova redação - A COOPERCOCAL será administrada por um Conselho de Administração composto por 9 (nove) membros efetivos e 3 (três) suplentes todos associados, para um mandato de 4 (quatro) anos. §1º O Conselho de Administração a ser eleito conforme descrito neste artigo será composto pelos seguintes cargos: Efetivos: a) Presidente, b) Vice-presidente, c) 1º Secretário, d) 2º Secretário, e) 1º Conselheiro, f) 2º Conselheiro, g) 3º Conselheiro, h) 4º Conselheiro, i) 5º Conselheiro; Suplentes: 1º Suplente, 2º Suplente, 3º Suplente; §3º O membro do conselho de administração que decidir concorrer a eleições públicas deverá licenciar-se de sua função sem remuneração no período compreendido entre o prazo mínimo estabelecido pela legislação eleitoral para desincompatibilização e o seu retorno deverá ocorrer até 5 (cinco) dias depois do pleito, da renúncia ou da não homologação da candidatura; E supressão dos incisos I e II do § 3º. Art.37º Alteração: Em caso de afastamento de membros do conselho de administração a vaga será preenchida em ordem hierárquica da composição original da diretoria, obedecendo ao seguinte: I - Na vaga do presidente assume o vice-presidente; II - Na vaga do vice-presidente assume o 1º secretário; III - O 1º secretário será substituído pelo 2º Secretário; IV - Os demais conselheiros assumirão também na forma hierárquico sendo comunicado ao 1º suplente para que assumam a vaga em aberto. E Inclusão do §4º Na vacância definitiva dos cargos dos conselheiros deverá o presidente dentro de 30 (trinta) dias, convocar suplentes para preenchimento dos cargos, e estes exercerão o mandato pelo prazo que restar aos seus antecessores. Art.47º inclusão do §3º. A posse dos eleitos ocorrerá 5 (cinco) dias após a eleição não podendo exceder o ultimo dia do mês de março, circunstancia em que resultará na redução deste prazo. Art.57º Nova redação com remuneração dos demais artigos. O fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição, priorizando a universalização dos serviços em sua área de atuação, constituído de 50% (cinquenta por cento) das sobras líquidas verificadas no exercício. Art. 64º inclusão do Parágrafo Único. Caso sejam apuradas perdas em operações com não associados estas deverão ser abatidas do fundo de reserva legal. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, 1) Prestação de contas do conselho de

administração acompanhado de parecer do conselho fiscal e auditoria independente referente exercício de 2015, compreendendo: a) Relatório da gestão; b) Balanço patrimonial; c) Demonstrativo das sobras apuradas no exercício de 2015; d) Parecer do conselho fiscal e parecer de auditoria independente. 2) Destinação das sobras apuradas no exercício de 2015. 3) Fixação de pró-labore e cédula de presença às reuniões do conselho de administração e conselho fiscal. 4) Aprovação de plano de investimentos para o exercício de 2016. 5) Eleição e posse dos componentes do conselho fiscal período 2016. 6) Autorizar o conselho de administração a realizar a venda de 1/9 (hum nove avos) de um terreno urbano situado a Rod. SC 445, Bairro Liri em Içara – SC, medindo aproximadamente 800 m² referente ao lote 08 da quadra 982 sendo que no imóvel existe edificado um galpão de alvenaria medindo aproximadamente 300 m² registrado sob matrícula nº 29.997 sendo o condomínio de 9 cooperativas denominado Fecoerusc – Assistência Técnica Extremo Sul. 7) Assuntos gerais. O conselho de administração avaliou o pré-balanço patrimonial a ser submetido à apreciação da assembleia geral e determinou: a) Que sejam aplicadas para a contabilidade societária as disposições legais contidas na resolução Aneel nº 605 (seiscentos e cinco) de 11 (onze) de março de 2015 (dois mil e quinze) e suas alterações. b) Que também seja aplicada as premissas constantes na resolução Aneel nº 396 (trezentos e noventa e seis) de 26 (vinte e seis) de fevereiro de 2010 (dois mil e dez) que estabelecem as diretrizes do balanço regulatório em todos os seus efeitos com relação à avaliação dos ativos. c) Que seja cumprida as determinações constantes do despacho a ser divulgado e demais despachos editados pela ANEEL (Agencia Nacional de Energia Elétrica). d) Adoção das normas brasileiras de contabilidade através da interpretação técnica NBC T 10.8 – IT – 01, Aspectos contábeis das entidades cooperativas aprovada pela resolução CFC (Conselho Federal de Contabilidade) nº 1013/2005 (hum mil e treze de dois mil e cinco). e) Aplicação da resolução do CFC (Conselho Federal de Contabilidade) nº 1255/2009 (um mil duzentos e cinquenta e cinco de dois mil e nove) NBC TG – 1000, que normatiza as rotinas para elaboração das demonstrações financeiras de pequenas e médias empresas. f) A não aplicação de “Impairment” redução ao valor recuperável dos bens constantes do ativo imobilizado instituído conforme NBC TG – 01(R1), CFC (Conselho Federal de Contabilidade) nº 1292/2010 (um mil duzentos e noventa e dois de dois mil e dez) por entender que a recuperabilidade dos ativos esta garantida no contrato de permissão que estabelece o valor de reversão dos bens quando de seu rompimento ou encerramento. g) Aplicação das taxas de depreciação estabelecidas nas resoluções Aneel consideradas como satisfatórias a cumprir as estimativas do custo atribuído. h) Constituir provisão para devedores duvidosos dos recebíveis conforme estabelecido nas normatizações regulatórias por entender suficientes para o equilíbrio do negócio. i) Constituir provisão de ações trabalhistas e cíveis na forma estabelecida pelos procuradores constituídos quando cabível. j) Manter a provisão no exercício de 2015 (dois mil e quinze) de recebíveis de consumidor em processo de recuperação judicial. i) Aplicação da recomendação técnica emanada do OCPC nº 0008 por ter ocorrido no exercício a assinatura do aditivo do contrato de permissão. Prosseguindo com a reunião, foi apresentado e o conselho aprovou as seguintes novas admissões: Rosalino Felipi, matrícula nº 15.887; Mariela Campos Galli, matrícula nº 15.888; Claudete Marchioli Tasca, matrícula nº 15.889; Maria Paulo Crescencio, matrícula nº 15.890; Dirce Maccari, matrícula nº 15.891; Morgana Rosso, matrícula nº 15.892; André Pereira, matrícula nº 15.893; Gracia Risolette Feltrin Luciano, matrícula nº 15.894; Tiago Gonçalves De Vila, matrícula nº 15.895; Marco Antonio Viel, matrícula nº 15.896; Tiago Kaspchak, matrícula nº 15.897; Maria Bernadete Nandi Guglielmi, matrícula nº 15.898; Gislene Da Silva, matrícula nº 15.899; Rodinei Scarpato, matrícula nº 15.900; Esther Da

Silva Olinda Fonseca, matrícula nº 15.901; NG Equipamentos Industriais – Me, matrícula nº 15.902; Adilson De Souza, matrícula nº 15.903; Rosa Albertina Izaías, matrícula nº 15.904; Laudelina Bernardinho de Aguida, matrícula nº 15.905; Rosivaldo Correia Ramos, matrícula nº 15.906; Adonis Macedo de Liz, matrícula nº 15.907; José Carlos da Silveira, matrícula nº 15.908; Muriel Mutini, matrícula nº 15.909; Gabriela de Oliveira Zanella, matrícula nº 15.910; Elizangela Teixeira, matrícula nº 15.911; Nair Garcia, matrícula nº 15.912; Adriano De Carvalho Do Livramento, matrícula nº 15.913; Fabricio Maximiano Francisco, matrícula nº 15.914; Robson Frasson, matrícula nº 15.915; Adilson de Bettio da Rosa, matrícula nº 15.916; Rosiane Leandro Albino, matrícula nº 15.917; Rosangela da Rosa, matrícula nº 15.918; Dalila da Silva Cardoso, matrícula nº 15.919; Noemia Pereira Mendes, matrícula nº 15.920; Luiz Mario Franco Weidmann, matrícula nº 15.921; Silvia Comelli Martinelli, matrícula nº 15.922; Rinaldo Dalla Vedova Cardoso, matrícula nº 15.923; Diego Goulart Marcelo, matrícula nº 15.924; Luiza Araujo Rocha, matrícula nº 15.925; Gerivaldo Marcon de Matos, matrícula nº 15.926; Gustavo Antunes Conceição, matrícula nº 15.927; Vtech Soluções Em T.I Ltda – Me, matrícula nº 15.928; Breno Vinicios de Castro, matrícula nº 15.929; Vera Lucia Delfino de Costa, matrícula nº 15.930; Arthur Alves Magalhães, matrícula nº 15.931; Leandro Ceron, matrícula nº 15.932; Vagner Teodoro Duarte, matrícula nº 15.933; todos com as quotas-parte mínima prevista pelo Estatuto Social. Também aprovaram as seguintes demissões: Alcir Cardoso, matrícula nº 781; Rodolfo Cancelier, matrícula nº 2.776; Luiz Fernando Laureano, matrícula nº 15.396; Caroline Tatiane Dos Santos Ribeiro, matrícula nº 14.811; Silene Regina Junior, matrícula nº 12.284; Brino Bettiol, matrícula nº 1.756; Zelindo Bettiol, matrícula nº 3.278; Olesio da Luz, matrícula nº 7.343; Manoel Cipriano, matrícula nº 3.971; Fabiana Alano Rosang Da Silveira, matrícula nº 10.075; Lair Gregório, matrícula nº 15.127. Nada mais havia a se tratar, deu-se por encerrada a presente reunião. Para constar lavrei o presente, ata que após lida se aprovada vai assinada por mim secretária Nadia Guollo Bortolatto e pelos demais conselheiros presentes.

Cocal do Sul, 25 de janeiro de 2016.


Nadia Guollo Bortolatto
1ª Secretária


Altair Lorival de Melo
Presidente


Antonio Costa
Vice-presidente


Karla Scarpato Possamai Della
2ª Secretária


Vadnei da Silva
1º Conselheiro


Marcelo Dallo
2º Conselheiro


Jorge Savi Possamai
3º Conselheiro


Manoel João da Silva
4º Conselheiro


Vicervanio Bez Fontana
5º Conselheiro

ATA CONSELHO FISCAL**PARECER DO CONSELHO FISCAL**


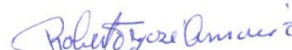
CNPJ/MF: 86.532.348/0001-45

NIRE: 424.0000057.6

Ata da reunião do Conselho Fiscal da Cooperativa Energética Cocal - COOPERCOCAL, realizada no dia 23 de fevereiro de 2016, com parecer das Demonstrações Financeiras do exercício de 2015.

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis, na sede da Cooperativa Energética Cocal - COOPERCOCAL, às 18:00 (dezoito) horas, sita à Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 555, no município de Cocal do Sul (SC), estiveram reunidos os membros do Conselho Fiscal, os Srs. Antonio Carlos Mezzari, Manoel de Jesus e Roberto José Amoriso, para examinar e apreciar o seguinte: Balanço Patrimonial, Contas de sobras e perdas, Demonstrativos Estatísticos e demais documentos e contas relacionadas com o exercício de 2015, compreendido entre 1º (primeiro) de janeiro até 31 (trinta e um) de dezembro do referido ano, bem como o Relatório da Diretoria. Depois de procedido os exames detalhados das contas e demonstrativos, resolveram emitir o seguinte parecer: Em cumprimento as determinações estatutárias e ao mandato que nos foi conferido, declaramos que após minucioso exame do caixa, conciliação bancária e demais documentos como Balanço Patrimonial, Contas de Sobras e Perdas, Contabilidade e ainda baseados nas reuniões regulamentares efetuadas até a presente data, nas quais tomamos conhecimento de todos os atos praticados, tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem e em vista da realização da Assembléia Geral Ordinária, marcada para o dia 18 (dezoito) de março de 2016 (dois mil e dezesseis), cujo Edital de Convocação já foi divulgado dentro do prazo previsto pelo Estatuto, somos de Parecer Favorável no sentido de que seja aprovado pela Assembléia Geral Ordinária. Nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrada a presente reunião. Para constar lavrei a presente ata que após lida se aprovada, vai assinada por mim, secretário e demais membros do Conselho Fiscal presentes.

Cocal do Sul, 23 de fevereiro de 2016.

Manoel de Jesus
Secretário
Antonio Carlos Mezzari
Coordenador
Roberto José Amoriso
Conselheiro

EDITAL DE CONVOCAÇÃO



COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ/MF: 86.532.348/0001-45

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL CONJUNTA EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA

O Presidente da COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto Social, convoca os associados para comparecerem a **ASSEMBLÉIA GERAL CONJUNTA EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA** a realizar-se no dia **18 de março de 2016**, nas dependências da sede recreativa e esportiva da Coopercocal, sita na Estrada Geral, s/nº, Km 1,4, localidade de Linha Tigre, município de Cocal do Sul-SC, por não haver acomodações suficientes na sede social, às 17h em primeira convocação com a presença de 2/3 de seus associados às 18h em segunda convocação, com a presença de metade mais um de seus associados ou às 19h em terceira e última convocação, com a presença de no mínimo 10 (dez) associados para deliberarem a seguinte:

ORDEM DO DIA

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Item único – Reforma estatutária.


ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

- 1) Prestação de contas do conselho de administração acompanhado de parecer do conselho fiscal e auditoria independente referente exercício de 2015, compreendendo:
 - a) Relatório da gestão;
 - b) Balanço patrimonial;
 - c) Demonstrativo das sobras apuradas no exercício de 2015;
 - d) Parecer do conselho fiscal e parecer de auditoria independente.
- 2) Destinação das sobras apuradas no exercício de 2015.
- 3) Fixação de pró-labore e cédula de presença às reuniões do conselho de administração e conselho fiscal.
- 4) Aprovação de plano de investimentos para o exercício de 2016.
- 5) Eleição e posse dos componentes do conselho fiscal período 2016.
- 6) Autorizar o conselho de administração a realizar a venda de 1/9 (hum nove avos) de um terreno urbano situado a Rod. SC 445, Bairro Liri em Içara – SC, medindo aproximadamente 800 m² referente ao lote 08 da quadra 982 sendo que no imóvel existe edificado um galpão de alvenaria medindo aproximadamente 300 m² registrado sob matrícula nº 29.997 sendo o condomínio de 9 cooperativas denominado Fecoerusc – Assistência Técnica Extremo Sul.
- 7) Assuntos gerais.

Observações:

- a) Para efeito de verificação de quorum a Cooperativa possui **13.153** associados.
- b) A deliberação contida na ordem do dia referente à assembleia geral extraordinária para ser validada necessita de aprovação de 2/3 (dois terços) dos presentes aptos a votar.
- c) Minuta do estatuto social com a reforma proposta estará à disposição dos associados na sede social a partir do dia 08/03/2016.
- d) Os documentos a serem apreciados no item (01) primeiro da "Ordem do Dia" da assembleia geral ordinária, estarão disponíveis aos associados a partir do dia 08/03/2016, na sede social.
- e) Interessados a concorrer aos cargos sociais do conselho fiscal, deverão compor chapas a serem inscritas junto à administração na sede da Coopercocal até às 17h30m do dia 08/03/2016.
- f) As chapas apresentadas deverão conter a documentação prevista no artigo 47º do estatuto social, e expressa concordância de seus componentes.
- g) Havendo chapa única inscrita para eleição do conselho fiscal do item 5º (quinto) da "Ordem do Dia" será votado por aclamação no dia 18/03/2016, salvo determinação diversa da assembleia geral.
- h) Registrando-se mais de uma chapa a concorrer a eleição do conselho fiscal, a assembleia permanecerá em aberto durante o dia 19/03/2016, no período compreendido entre 09h e 16h quando serão votadas as chapas apresentadas e em seguida apurado os resultados.
- i) O local de votação é as dependências da Escola de Educação Básica Professor Padre Schüller (Colégio Schüller), sito à Rua Dr. Edson Gaidzinski, nº 260, Município de Cocal do Sul-SC.
- j) A posse dos eleitos ocorrerá após a apuração do resultado da eleição conforme estatuto social.
- k) Para exercer seu direito de voto o associado inscrito até a convocação desta assembleia deverá apresentar-se munido da carteira associado ou de documento que o identifique com fotografia e estar rigorosamente em dia com as obrigações junto a Cooperativa até as 17h30m do dia 17 de março de 2016.

Cocal do Sul, 19 de fevereiro de 2016.


Altair Lorival de Melo
Presidente

Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 555 – Bairro Centro – CEP: 88.845-000 – Cocal do Sul – SC.
E-mail: coopercocal@coopercocal.com.br – Site: www.coopercocal.com.br

PARECER DA AUDITORIA – SOCIETÁRIA

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
 Diretores, Conselheiros e Associados da
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL
 Cocal do Sul - SC

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da **COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da **COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL**, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da **COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL**. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL**, em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São José (SC), 09 de março de 2016.



Hermenegildo João Vanoni
 Sócio Responsável – Contador –CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
 CRC - SC 4.012

Rua Vereador Mário Coelho Pires, n.º 1060, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 090 – São José – SC
 Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 3259.2444 – e-mail: audiconsult@audiconsult.com.br

PARECER DA AUDITORIA – REGULATÓRIA

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

Aos
 Diretores, Conselheiros e Associados da
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL
Cocal do Sul - SC

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias - DCRs da **COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base nas disposições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da **COOPERCOCAL** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro:

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da **COOPERCOCAL**, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da **COOPERCOCAL**.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Rua Vereador Mário Coelho Pires, n.º 1060, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 090 - São José - SC
 Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 3259.2444 - e-mail: audiconsult@audiconsult.com.br

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERCOCAL**, em 31 de dezembro de 2015, e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de relatórios contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Outros Assuntos

A **COOPERCOCAL** preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado aos diretores, conselheiros e associados da **COOPERCOCAL**, em 09 de março de 2016.

São José (SC), 26 de abril de 2016.



Hermenegildo João Vanoni
Sócio Responsável – Contador –CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012

PARTICIPAÇÕES

- **Direção Geral**

Altair Lorival de Melo - Presidente

- **Coordenação e produção**

Valdir Benincá - Departamento de contabilidade

Diogo de Fáveri Ramos – Departamento de contabilidade

- **Supervisão**

Hesmezenrik Giordani Nunes - Consultoria

- **Colaboração**

Idemar Sartor – Gerencia departamento de pessoal / financeiro

Luciano Antunes Marcos Pinto – Engenheiro responsável técnico

Rogério Correa Rodrigues – Departamento técnico

Adrielfcio De March – Departamento técnico

Valmor Possamai Della – Departamento comercial

Elizete Fritzen – Departamento comercial

Danylla Zanette – Departamento de cobrança

- **Roteiro editorial e conteúdo**

Lei nº 5.764/1971

Resolução ANEEL nº 444, de 26/10/2001

Pronunciamentos técnicos - IBRACON

Estatuto social.

- **Agradecimentos**

Conselho de administração

Departamento técnico e engenharia

Departamento de contabilidade

Departamento financeiro

Departamento de recursos humanos

Departamento comercial

Funcionários da COOPERCOCAL em geral

Audiconsult consultores

Useall Software



COOPERCOCAL

COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL

CNPJ 86.532.348/0001-45 INSCRIÇÃO. ESTADUAL. 250.058.925